

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Serviço Social

VANESSA WITCEL HOMERDING

OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS,
NO CULTIVO DO FUMO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL -RS

Rio de Janeiro
2015

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Escola de Serviço Social - ESS

VANESSA WITCEL HOMERDING

OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS,
NO CULTIVO DO FUMO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL -RS

Trabalho de conclusão do curso de Graduação em Serviço Social, na
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
sob orientação da Prof^a Dr^a Cecilia Cavalcanti de Paiva Neto, da
ESS/UFRJ.

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Dedico aos amores da minha vida,
primeiro a minha mãe Rosmeri Witcel, quem tanto amo e admiro, meu pai Geraldo,
minhas queridas irmãs Raiza e Sara
e ao meu amado companheiro Leandro Aluísio Marques.

AGRADECIMENTOS

Como toda dissertação, esta também é um trabalho coletivo, onde muitas pessoas contribuíram de alguma forma, com seus conhecimentos e opiniões, que resultaram na presente pesquisa. Quero começar agradecendo ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), movimento do qual faço parte, e que possibilitou a mim, aos colegas da Turma Carlos Nelson Coutinho e a tantas outras turmas de Graduação pelo Brasil, a oportunidade de ingressar na Universidade, de uma forma que não me distanciasse da realidade do campo no assentamento, e da atuação militante, tão importantes para a minha formação.

Quero agradecer também ao MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) de Santa Cruz do Sul, que disponibilizou seu tempo e infraestrutura para a realização das entrevistas, em especial aos companheiros Gerson, Gisele, Bruna, Célio e Frei Sérgio, que me acolheram de forma tão atenciosa, contribuindo com o acervo de materiais sobre o tema e suas vivências. Assim como as famílias fumicultoras que me receberam em suas casas, disponibilizando seu tempo, mas sobretudo compartilhando comigo suas vivências, e suas opiniões sobre a realidade com o fumo.

As profissionais do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) a Médica e a Técnica em Enfermagem, que atenciosamente me receberam, responderam as minhas perguntas e compartilharam comigo informações muito importantes sobre o tema.

Na família, quero agradecer a minha mãe Rosmeri Witcel, por ser esse exemplo de mulher lutadora, que incansavelmente dedica sua vida às causas do povo, e que sempre será minha referência de militância, que tanto me ensinou e ensina sobre os valores de uma prática militante na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, e que desde sempre me incentivou a estudar. Ao meu pai Geraldo José Gasparin, que incansavelmente durante todo o processo de escrita me orientou sobre a metodologia e os caminhos a percorrer, e que desde sempre incentivou o valor do estudo para a formação humana.

Quero agradecer também a Elizabete Witcel e Airton Rubenich, meus padrinhos, que sempre de forma tão amorosa, generosa e acolhedora ofereceram sua casa, comida, internet, e todas as condições para que eu pudesse escrever essa dissertação. E a todos os demais familiares que sempre incentivaram e que de alguma forma contribuíram no decorrer dos cinco anos de curso e da escrita deste trabalho.

Ao meu amado companheiro Leandro Aluísio Marques, com quem pude contar em todos os momentos, me ajudando com seus conhecimentos técnicos e científicos, e que nos momentos de cansaço e desestímulo não me deixou desistir, sempre me apoiando e incentivando a escrever. Também ao nosso amigo Cleiton Brandão, estudante de Agronomia da UFPel que realizou a pesquisa das Bulas dos Agrotóxicos presentes no trabalho, e pacientemente me explicou muito sobre eles.

Quero agradecer também a minha orientadora Professora Dr^a Cecilia Cavalcanti de Paiva Neto, uma referência em saúde do trabalhador, que aceitou prontamente o desafio de orientar um trabalho sobre a saúde dos trabalhadores rurais, temática tão rasa hoje na Universidade como um todo, e também no Serviço Social.

EPÍGRAFE

Vendra la guerra amor, y en el combate, no habra tregua ni freno para el canto,
sino poesía haciendo incontenible del cañon de fusiles libertarios.
Vendra la guerra amor, y en el combate, nos fundiremos en las barricadas,
deteniendo las ordas criminales, apunta de corazón fuego y metralla,
cavando sudorosos el futuro, en las faldas de la paz.
No pasaran, los venceremos amor no pasaran.
Si mañana que irrumpa el nuevo día, com su fiesta de pajaros y niños,
aunque no estemos juntos, te lo juro,
No, no pasaran.
Luchamos para vencer. No pasaran.

Carlos Mejía Godoy

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema, o estudo dos impactos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores rurais produtores de fumo no município de Santa Cruz do Sul, no Rio grande do Sul. O município se localiza no Vale do Rio Pardo, região que tradicionalmente trabalha com o plantio do fumo, e se destaca por ter os maiores índices de suicídio do país. É um estudo exploratório de base qualitativa, foram realizadas pesquisa bibliográfica e de campo, com entrevistas semi estruturadas desenvolvidas com os trabalhadores produtores de fumo e profissionais da saúde. O trabalho esta estruturado em três capítulos, sendo o primeiro um apanhado mais geral, contextualizando o agronegócio e a produção de fumo no Brasil, o segundo capítulo busca apresentar o município de Santa Cruz do Sul, suas características e a produção de fumo na mesma, o terceiro procura fazer um dialogo com as entrevistas realizadas. O Brasil é desde 2009 o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e o fumo é uma das culturas que mais utiliza agrotóxicos para a produção, sendo a região estudada uma das recordistas brasileiras na quantidade de agrotóxico por hectare, oque leva Santa Cruz do Sul e os municípios vizinhos, a serem também recordistas nos índices de suicídio do país. O objetivo de conhecer melhor a realidade das famílias que trabalham com a fumicultura e os impactos que os agrotóxicos trazem para a vida dessas pessoas nos levou a entender que o suicídio é apenas uma das consequências que o trabalho com os agroquímicos pode trazer, pois os impactos são muito maiores, incalculáveis para a saúde, econômicas, sociais e culturais. Além de uma motivação pessoal em estudar esse tema pela vivência e relação da família com o mesmo,

Palavras chaves: Agrotóxicos, agronegócio, fumo, fumicultura, suicídio, saúde do trabalhador, alienação.

LISTA DE SIGLAS

2-4, D	Diiclorofenoxiacético
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BHC	Hexaclorociclo-hexano
CEREST	Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EPA	Agência de Proteção Ambiental dos EUA
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
F1	Família 1
F2	Família 2
F3	Família 3
F4	Família 4
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INCA	Instituto Nacional do Câncer
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
RS	Rio Grande do Sul
Sindag	Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
STIFA	Sindicato Dos Trabalhadores De Industria De Fumo E Alimentação
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL.....	14
2. A PRODUÇÃO DE FUMO: PROCESSO PRODUTIVO E SEU DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL.....	22
2.1 Breve histórico da produção de fumo no Brasil.....	22
2.2 Histórico da produção de fumo no município de Santa Cruz do Sul.....	24
2.3 Fumicultura se destaca na produção agrícola de Santa Cruz do Sul.....	26
2.4 O processo de produção do fumo.....	29
2.5 As consequências dos agrotóxicos para a saúde humana.....	31
3. O USO DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO DO FUMO E OS IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES.....	34
3.1 Relações de trabalho.....	35
3.2 Utilização do equipamento de proteção individual EPI, os riscos e as formas de prevenção.....	38
3.3 Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, e as consequências dos agrotóxicos para a saúde dos trabalhadores.....	42
3.4 Sobre os altos índices de suicídio.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
APÊNDICE 1 – Entrevista com os trabalhadores do fumo.....	55
APÊNDICE 2 – Termo de consentimento.....	56
APÊNDICE 3 – Termo de consentimento.....	57
APÊNDICE 4 – Autorização.....	58
ANEXOS – Bulas dos Agrotóxicos.....	59

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa realizada com os fumicultores do município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo esse município e a região recordistas nacionais no uso de agrotóxicos por hectare, assim como também nos índices de suicídio do país, doença que acomete sobretudo a população camponesa, mas que abre brecha também a outras inúmeras doenças que podem estar diretamente relacionadas ao intensivo uso de agrotóxicos.

O objetivo inicial buscava entender por que essa região essencialmente rural e com grande predomínio da agricultura familiar teria uma incidência tão alta de suicídio, estando entre as 10 cidades com as maiores taxas do país. Porém, no decorrer da pesquisa de campo, onde foram realizadas visitas e entrevistas com as famílias, e na própria pesquisa bibliográfica, pudemos ver que o suicídio, embora tenha dados alarmantes se comparados ao resto do país, fica obscurecido quando os relatos das famílias nos revelam uma realidade muito mais cruel, em relação à saúde ou às doenças ocasionadas pelo trabalho com o fumo.

Também houve uma motivação pessoal sobre o tema, relacionada a minha família, em que meus avós maternos e paternos eram vizinhos, e agricultores que trabalharam muito tempo com a cultura do fumo, meus pais se conheceram nessa realidade, e eu também pude vivenciar embora por pouco tempo, a experiência do trabalho com o fumo ainda na infância. Saber mais sobre os agrotóxicos, principalmente com relação aos dados de suicídio de alguns municípios do Rio Grande do Sul, me acendeu a indignação acerca dos agrotóxicos e as consequências que estes trazem a saúde dos agricultores expostos a essas substâncias, pois algumas dessas sequelas ainda sentimos na família.

A hipótese com que estamos trabalhando é de que diversas doenças, principalmente as neurológicas, que acometem essas famílias estejam diretamente relacionadas ao uso de agrotóxicos, à inconstância da desproteção por parte do Estado e ao não cumprimento das medidas legais de proteção ao trabalhador oferecidas pelas empresas fornecedoras dos pacotes “tecnológicos” para a produção do fumo. Como mostram e comprovam diversos estudos científicos, agrotóxico mata, e quando não mata deixa sequelas muitas vezes irreversíveis.

Essa pesquisa, para além de um objetivo pessoal de entender melhor a questão dos agrotóxicos que envolve o campo brasileiro como um todo, e afeta em singular medida os trabalhadores camponeses, busca também ser uma singela contribuição acerca dessa expressão da questão agrária para o Serviço Social, que poucos estudos realizam sobre o tema, tanto no currículo quanto publicações, e aos profissionais Assistentes Sociais que atuam

com essa parcela da população, muitas vezes sem conhecer particularidades tão importantes para uma intervenção de qualidade.

Esperamos poder contribuir nesse debate dentro e fora do Serviço Social sobre as questões que envolvem o modelo de produção agrícola brasileiro, em especial no contraponto Agronegócio X Agroecologia no Rio Grande do Sul, ou Agrotóxicos e Venenos X Vida Saudável, já que a Questão Agrária em geral é muito pouco estudada, e não tem a devida atenção nos círculos de debate das universidades e da academia como um todo. Acredito que seja essencial difundir esses dados, e o debate acerca destas questões, já que a sobrevivência da espécie humana e de todos os outros seres vivos da terra depende também de como nos relacionamos com a natureza, e, embora este seja um tema valorizado por uma pequena parcela da população, movimentos sociais e ecologistas, que já discutem isso há algum tempo, pouco se faz na busca por transformar essa realidade.

Trata-se de um estudo exploratório de base qualitativa, a pesquisa bibliográfica permeou todo o processo de construção do trabalho. De início, buscando entender o porquê de muitas questões; depois, focamos prioritariamente as comprovações científicas que legitimassem as hipóteses levantadas. As entrevistas foram realizadas no intuito de conhecer mais de perto aquela realidade, a partir da vivência daqueles sujeitos, afim de poder relacionar os conhecimentos empíricos com os conhecimentos teóricos. O que deu muito certo, pois além de abrir novos horizontes sobre a proposta da pesquisa, nos aproximou muito mais do objeto de estudo.

Os principais livros abordados serão: A dialética da agroecologia, de Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho; Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação em defesa da vida, de Flávia Londres; e o Dossiê Abrasco, de diversos autores – além de cartilhas e folders da Campanha Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida.

O primeiro capítulo se propõe a fazer um resgate histórico do agronegócio no Brasil, pois como tudo é uma construção histórica, a questão agrária não é diferente, por isso é preciso entender como o capitalismo transformou o campo em mais uma mera mercadoria vendável e trocável facilmente.

No segundo capítulo, iremos conhecer melhor o município de Santa Cruz do Sul, desde sua formação, ainda enquanto vila, até os dias atuais, buscando sobretudo passar pela histórica produção do fumo no meio rural, e a instalação das indústrias fumageiras na cidade, assim como vislumbrar a forma dessa produção.

O terceiro capítulo pretende, antes de mais nada, dialogar com as entrevistas realizadas

com as famílias produtoras do fumo, e as profissionais do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), mostrando através da vivência desses trabalhadores como o uso de agrotóxicos causa impactos na saúde dos mesmos.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL

O último quarto de século talvez seja o período histórico em que as forças do capital mais tenham avançado sobre o mundo do trabalho. Nunca em tão curto período, os capitalistas concentraram tanto poder e riqueza. Por outro lado, é o período em que a classe trabalhadora mais se vê ameaçada em todos os seus direitos e conquistas. Essa ofensiva agora se faz sentir no meio rural brasileiro. É o capital das grandes corporações internacionais que busca ampliar seus lucros impondo uma nova racionalidade na produção das *commodities*¹, obtendo com isso produtividade máxima do trabalho e maior rentabilidade econômica. Esse modo de produzir na agricultura vem sendo adotado massivamente pelas empresas capitalistas no campo, e passou a denominar-se de modelo do agronegócio.

O atual modelo poderia ser considerado como uma nova fase da modernização conservadora iniciada na década de 1970, mas diferente e muito mais intensa do que a anterior, que foi erroneamente chamada de “Revolução Verde”; “revolução” essa que, segundo as propagandas da época, se propunha a aumentar a produção e assim acabar com a fome no mundo. Como bem sabemos, a fome não foi erradicada, pois o problema não é falta de produção, mas a forma de distribuição dos alimentos, que nessa sociedade capitalista e desigual nunca poderá ser igualitária.

Com a opção da burguesia agrária e do governo pela agricultura industrial, e com o advento da Revolução Verde na metade dos anos 70, implantou-se o agronegócio através do Plano Nacional de Desenvolvimento, cujo objetivo fundamental era o aumento da produtividade com o uso de “insumos modernos”. Nesse Plano, houve a inclusão de uma cota definida de agrotóxicos para cada financiamento obtidos no Crédito Rural (VILLALOBOS, 2001).

A agricultura brasileira via grande propriedade é relativamente pouco rentável e precisa andar constantemente amparada nas muletas do crédito pródigo do Estado. (STEDILLE, 1994, pag.37)

Se contarmos desde o início da “Revolução Verde”, esse modelo tem mais ou menos meio século de história. Ao longo desse período, conseguiu se consolidar e fincar suas raízes profundamente em solo brasileiro. E isto com a justificativa de que, com o aumento da população mundial, a produção agrícola precisava ser cada vez mais eficiente ao longo dos

1 São as mercadorias agrícolas padronizadas

anos, com o uso intensivo de agroquímicos e tecnologia de irrigação sugando ainda mais nossas riquezas e comprometendo seriamente nossa biodiversidade. A espécie mais ameaçada, evidentemente, continua sendo a espécie humana, cujas patologias e diagnósticos podem ser facilmente descritos no número crescente e assustador de doenças, como os diferentes tipos de câncer, alergias de todo tipo, a perda da fertilidade, o nascimento de crianças com a saúde comprometida das formas as mais diversas.

A maximização dos lucros sempre foi a pedra de toque da elite burguesa do país, que, como aliada histórica da burguesia rural, encontra no Estado brasileiro o indutor e afiançador de seus interesses de classe. Reconhecidamente, o Estado brasileiro, além de ser o avalista deste projeto, foi e cuidou de criar todo o arcabouço jurídico, político e de infraestrutura para viabilizar esse modelo. Nesse sentido, foi e continua sendo um importante aliado destes setores, tendo ainda uma tarefa crucial: amparar as grandes propriedades, através da criação de leis que apoiam o desenvolvimento desse mercado, mas também por meio dos importantes subsídios financeiros, tais como os créditos a juros baixos ou negativos, a redução ou eliminação de impostos para a compra de tratores ou outras máquinas, as isenções fiscais e tributárias sobre todos os agrotóxicos produzidos e comercializados no país e os exportados. E não podemos deixar de mencionar a bancada ruralista no Congresso Nacional, que ano após ano, vem renegociando e anistiando dívidas do setor.² (LONDRES, 2012) A tabela a seguir ilustra bem o fato do incentivo tributário acerca dos agrotóxicos produzidos e comercializados no país, e o comparativo com os Estados Unidos (EUA):

Tabela 1 - Custo comparativo de registro de agrotóxicos no Brasil e nos EUA

Tipo de Registro	EUA	Brasil (Anvisa)
Novo Ingrediente Ativo	US\$ 630 mil	US\$ 53 a 1 mil
Taxa de manutenção anual	US\$ 100 a 425/produto	US\$ 500 a 5 mil/empresa
Reavaliação de IA	US\$ 150 mil	Isento

Fonte: EPA, Anvisa (Extraído da Cartilha “Situação do mercado de agrotóxicos no mundo e no Brasil”).

² Importante ressaltar também que em 1 de janeiro de 2015, Katia Abreu, uma liderança histórica da bancada ruralista no Congresso, assume o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gerando indignação na esquerda, em especial nos movimentos sociais do campo, que se pronunciaram contrários a essa decisão da Presidenta Dilma Rousseff.

O registro de um agrotóxico no Brasil é cerca de 630 vezes menor que o registro nos EUA. Além disso, cada reavaliação de ingredientes ativos naquele país custa 150 mil dólares, no Brasil é *free*.

A intensiva utilização de agrotóxicos tem seu surgimento após a 2ª Guerra Mundial, mais especificamente na guerra do Vietnã, na qual os agrotóxicos ou venenos foram disseminados como armas químicas, a exemplo do “agente laranja”, hoje conhecido como o 2-4 D, pulverizado pelos Estados Unidos contra o exército vietnamita no período de 1961 à 1971, deixando sequelas sobretudo na população vietnamita ainda hoje, muitos anos após o seu uso. (In <http://bocaferina.blogspot.com.br/2013/08/guerra-do-vietna-armas-quimicas-e.html>, Acesso em 14/08/2015)

Atualizando o debate sobre o “Agente laranja, numa reportagem especial do Instituto Humanitas Unisinos, a jornalista Patrícia Fachin conversou com a toxicologista Karen Friedrich – uma das organizadoras do Dossiê Abrasco, livro lançado esse ano, e o mais completo sobre o tema dos agrotóxicos no Brasil.

Existem centenas de estudos comprovando isso, mas a CTNBio acabou de aprovar a semente resistente ao 2,4-D. A partir dessa decisão, certamente o consumo do 2,4-D também irá aumentar muito e acreditamos que os índices de implicações à saúde serão muito piores no futuro. É importante ressaltar a liberação dessa molécula 2,4-D. Ela tem ainda outro problema: na sua própria formulação, no processo de produção, é gerado um contaminante chamado dioxina; esse contaminante é considerado a substância mais tóxica que o homem já criou, e é produzido não intencionalmente, mas faz parte do processo da queima de material com base orgânica, com base de carbono. Ela foi muito estudada após um acidente em Seveso, na Itália, na década de 1970, onde muitas pessoas foram intoxicadas e até hoje estão sendo acompanhadas por causa de câncer e outras alterações.

A CTNBio liberou essa semente, embora vários órgãos e instituições tenham apresentado estudos apontando que o herbicida 2,4-D deveria ser proibido no Brasil. Mas CTNBio desconsiderou esses estudos científicos, quer dizer, adotou uma atitude anticientífica.³

O uso de agrotóxicos utilizados na 2ª guerra mundial como o DDT (Diclorodifeniltricloroetano), 2-4 D (Diiclorofenoxiacético), e o BHC (hexaclorociclohexano), no Brasil iniciou-se no final da década de 40, para combater surtos de gafanhoto migratório nas lavouras de algodão, e os da broca do café.

Sobre o DDT, trata-se de um inseticida barato e altamente eficiente a curto prazo, mas a longo prazo tem efeitos severos à saúde humana, como demonstrou a bióloga norte-americana Rachel Carson, no livro “Primavera Silenciosa”, tendo sido esta a primeira

³ In <http://www.abrasco.org.br/site/2015/05/uso-combinado-de-agrotoxicos-nao-e-avaliado-na-pratica-diz-karen-friedrich-em-entrevista/> Acesso em 30/07/15.

denúncia sobre o uso indiscriminado de venenos, publicação que foi fundamental para a proibição do DDT nos Estados Unidos. De acordo com Carson, o DDT pode ocasionar câncer em seres humanos e interfere profundamente na vida animal, causando, por exemplo, o aumento de mortalidade entre os pássaros.

Devido a este e outros estudos, o DDT foi banido de vários países na década de 1970 e teve seu uso controlado pela Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes. No Brasil, só em 2009 o DDT teve sua fabricação, importação, exportação, manutenção em estoque, comercialização e uso proibidos pela Lei nº. 11.936 de 14 de maio de 2009. (BRASIL, 2009)

Porém muitos outros produtos químicos reconhecidos cientificamente como danosos a saúde, continuam a serem comercializados no Brasil, sendo que dos 50 produtos mais utilizados do país, 22 estão proibidos na União Europeia, o que faz do Brasil também o país que mais utiliza agrotóxicos proibidos em outros países. (CARNEIRO, 2015)

Após as guerras, as indústrias de venenos que já tinham deixado um rastro de destruição e fome nos países da Ásia e África, passam a utilizar os mesmos venenos de guerra em larga escala também na atividade agrícola ao redor do mundo.

No atual modelo agrícola brasileiro, o uso intensivo dos agroquímicos começa a ganhar força entre os anos de 60 e 70, quando a “Revolução Verde” promete erradicar a fome nos países menos desenvolvidos, modernizando a agricultura para aumentar a produtividade, basicamente com sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos, diminuindo assim os custos de produção. Porém, contraditoriamente, esse modelo vem se mostrando ineficiente tanto no controle dos insetos que atacam as lavouras, quanto na produção de alimentos. E mais ainda, com especial ênfase, na herança maldita que deixa para população camponesa, que é expulsa de suas terras, e obrigada a aumentar os números do êxodo rural, aumentando a concentração de terra nas mãos dos grandes latifundiários. (STEDILLE, 1994.)

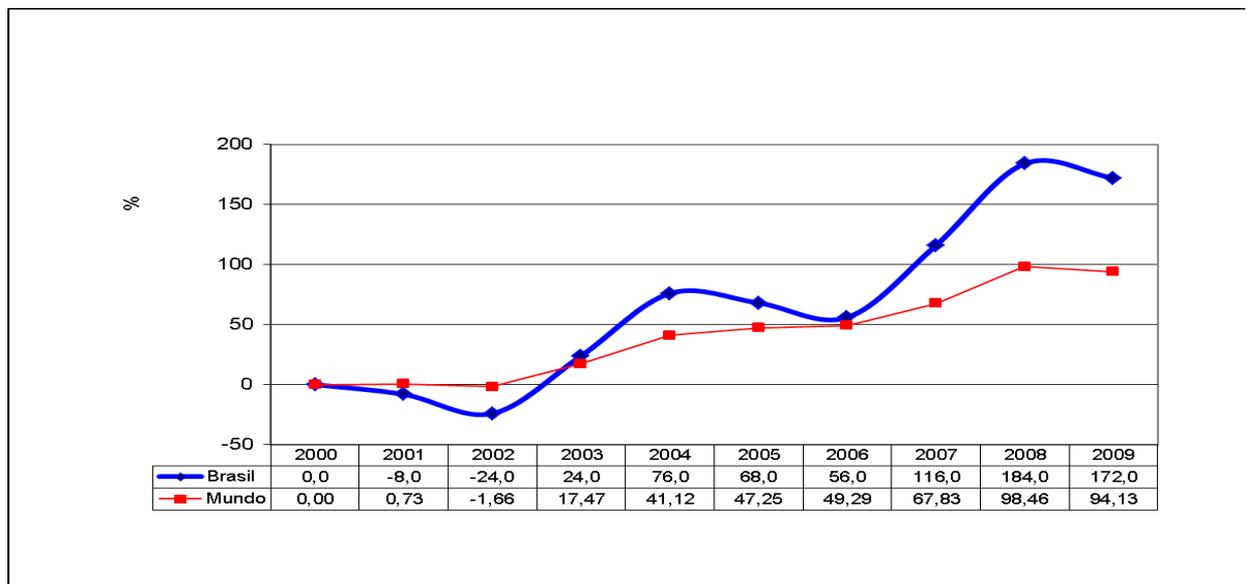
Até 1964, ano do golpe militar, ou seja, de implantação da ditadura empresarial-militar no Brasil, o consumo de venenos era de 16 mil toneladas, crescendo gradativamente nos anos seguintes, chegando hoje aos seguintes dados:

Mas foi na última década que o uso de agrotóxicos no Brasil assumiu as proporções mais assustadoras. Entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos. Foram 986,5 mil toneladas de agrotóxicos aplicados. Em 2009

ampliamos ainda mais o consumo e ultrapassamos a marca de 1 milhão de toneladas – o que representa nada menos que 5,2 kg de veneno por habitante! Os dados são do próprio Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola), o sindicato das indústrias de veneno.(LONDRES, 2011)

E mantivemos o primeiro lugar desde então, chegando hoje a recordes que se mostram cada vez mais alarmantes. Saltamos de US\$ 7 bilhões em 2008 para US\$ 8,5 bilhões em 2011, o que significa um aumento de 16,3% das vendas de agrotóxicos apenas no Brasil. E como podemos ver na tabela a seguir, a taxa de crescimento das vendas no Brasil desde 2003 é superior às taxas do mercado mundial.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento das Vendas Mundiais x Vendas Brasil (2000 ano base)



Fonte: Cartilha “Situação do mercado de Agrotóxicos no mundo e no Brasil”, Campanha Nacional Contra O Uso De Agrotóxicos E Pela Vida. 2012.

Como podemos ver nesse gráfico, e ainda segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o mercado brasileiro de agrotóxicos cresceu mais de 190% nos últimos 10 anos, num ritmo muito mais acentuado do que o do mercado mundial, que foi de 94% no mesmo período.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), já liberou cinco variedades de soja, 18 de milho, 12 de algodão e uma de feijão, que utilizam tecnologia transgênica e agroquímicos produzidos pelas seis grandes empresas transnacionais que também lideram o setor em nível global: Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA).

O agronegócio, embora seja hoje a esfera da agricultura onde a grande indústria opera de forma tão robusta, tem uma trajetória não tão longa. A partir da década de 80, o capitalismo mundial ingressou em uma nova fase de seu desenvolvimento, sendo hegemônico pelo capital financeiro e pelas empresas privadas transnacionais, oligopolizadas, que controlam o mercado mundial das principais mercadorias.

São inúmeras as consequências causadas por esse modelo. Destacamos apenas que a agricultura no agronegócio é totalmente dependente do uso de venenos agrícolas, que são usados com intensidade e em volume cada vez maior. O Brasil controla apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas no mundo; no entanto, consome 19% da produção mundial de venenos, o que nos coloca na posição do país que mais utiliza agrotóxicos no mundo desde 2008.

O Brasil consome o equivalente a quase 1/5 do total de agrotóxicos produzidos no mundo: mais precisamente 19%. A título de comparação, os Estados Unidos surgem logo atrás com 17%. Isso significa que, não obstante termos um total de área agrícola cultivada muito menor que os norte-americanos, utilizamos muito mais agrotóxicos do que eles.
(KLIASS, 2012)

Os venenos destroem a biodiversidade e a saúde do ser humano, como já comprovaram a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em uma nota sob o título “Uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal a saúde das pessoas e ao meio ambiente”, veiculada em 6 de setembro de 2013. (apud MACHADO, 2014). E mais recentemente reafirmaram essa tese e colocam ainda outras problemáticas no livro lançado esse ano, sob o título: “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.”

Alteram o equilíbrio do meio ambiente, contribuem para as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de inúmeras doenças, mas principalmente do câncer, que é hoje a segunda causa de morte no Brasil, sendo que 80% a 90% dos casos de câncer são atribuídos a exposição ambiental ocupacional. Ou seja, o modelo do agronegócio tem consequências irreversíveis para a humanidade, bem como para todos os seres vivos na terra.

Esse modelo de produção agrícola resultou numa matriz tecnológica de produção universalizada a partir da década de 90, com aplicação da biotecnologia, em particular da transgenia, da informática e das técnicas de irrigação, tudo controlado pelas empresas privadas transnacionais. As pesquisas que temos hoje acerca da transgenia, publicadas em

revistas científicas especializadas, podem ser consideradas de cunho duvidoso, já que existem contradições muito grandes sobre as informações acerca dos transgênicos, onde não é possível afirmar que os transgênicos não são danosos ao ser humano ou mesmo a natureza, porém verifica-se que as mesmas demonstram uma fragilidade tanto no referencial teórico, quanto no mecanismo da análise estatística utilizada. E se nos colocássemos numa posição cautelosa e respeitosa sobre o tema não poderíamos estar hoje plantando 30 milhões de hectares de soja transgênica.

A tecnologia transgênica entendida como uma força produtiva que também é uma mercadoria ou um produto vendido para a sociedade, com o respaldo de uma propaganda midiática baseada em uma mitologia que contraria a realidade, e que se ampara no discurso ideológico afirmando que essas tecnologias permitem reduzir o uso de veneno, possibilita aumentar a produtividade e preservação do meio ambiente e biodiversidade, porém essa mesma tecnologia não está baseada em uma ciência que a sustenta. Já que os fatos ou os dados, nos mostram que essa é uma afirmativa falsa:

Tabela 3

Tendência mantida

Apesar do avanço dos transgênicos, vendas de defensivos continuam crescendo

■ Lavouras geneticamente modificadas crescem no país

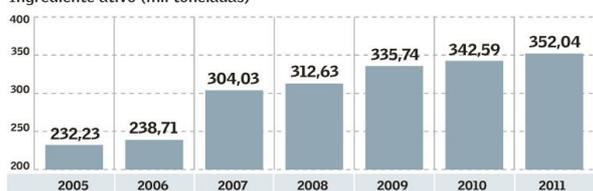
Adoção da biotecnologia por Estados e cultivos de 2005 a 2011 (milhões de hectares)

	Mato Grosso	Rio Grande do Sul	Paraná	Goiás	Mato Grosso do Sul
2005	1,3	3,7	1,5	0,8	0,9
2006	2,0	3,8	2,4	1,1	0,9
2007	2,3	3,8	2,5	1,2	0,9
2008	3,1	3,8	2,9	1,5	1,3
2009	4,8	4,2	4,3	1,9	1,7
2010	6,1	5,2	4,8	2,4	2,0
2011	7,1	5,9	4,8	2,9	2,3

■ Uso de defensivos se mantém

Evolução no país em volume e em valor

Ingrediente ativo (mil toneladas)



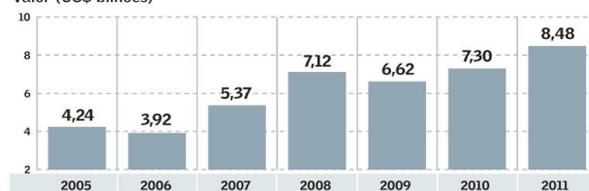
Fontes: Cêleres, ISAAA e Sindag

■ Soja lidera

Principais culturas transgênicas do país

	Soja	Milho	Algodão
2005	9,0	0,0	0,1
2006	11,5	0,0	0,1
2007	12,6	0,0	0,2
2008	13,9	1,1	0,1
2009	16,5	4,3	0,1
2010	18,2	7,5	0,3
2011	20,6	9,1	0,6

Valor (US\$ bilhões)



Fonte: Valor Econômico, 31/07/2012. In <http://pratoslimpos.org.br> Acesso em 01/08/2015.

No ano de 2012, o cientista francês Gilles Seralini e sua equipe na Universidade de Caen, na França, concluíram a realização de testes com 200 ratos alimentados com milho transgênico OGM NK603 e água contendo o herbicida Roundup, ambos produzidos pela empresa Monsanto, mediram mais de cem parâmetros diferentes, e chegaram a conclusões alarmantes.

Todos os ratos expostos ao herbicida e/ou ao milho transgênico começaram a desenvolver pesadas patologias a partir do 13º mês da experiência e morreram mais cedo que os ratos do grupo controle. Nas fêmeas, apareceram tumores mamários em cadeia que chegavam a atingir 25% do peso corporal. Já nos machos, foram órgãos como fígado e rins que apresentaram anomalias facilmente notadas ou severas, cuja frequência foi 2 a 5 vezes maior que nos ratos submetidos ao regime natureza.

No 24º mês, ou seja, no fim da vida dos ratos, de 50% a 80% das fêmeas expostas ao milho transgênico apresentaram tumores, contra apenas 30% das fêmeas não expostas. Um ano de vida de um rato equivale a cerca de quarenta anos da vida de um humano. Portanto, é como se um estudo com 200 humanos tivesse sido realizado do nascimento aos 80 anos.

Jean Remy Davée Guimarães, 2012. In <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/terra-em-transe/sobre-milho-transgenico-cancer-e-festinhas> Acesso em 23/08/2015.

Essa foi a primeira vez que um grupo de pesquisadores acompanhou os efeitos dos transgênicos e do glifosato, por um período tão longo, já que esses testes normalmente são realizados pelas próprias empresas produtoras e por um período que em geral não passa de 3 meses.

E finalmente se partirmos do pressuposto que veneno mata, podemos afirmar que quem estiver exposto ou quem ingere esses alimentos envenenados está impreterivelmente exposto ao perigo deles.

2. A PRODUÇÃO DE FUMO: PROCESSO PRODUTIVO E SEU DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

Nesse capítulo, faremos uma volta ao passado, percorrendo a história do Município de Santa Cruz do Sul, desde o início da instalação das primeiras famílias, a formação da vila, e a emancipação do Município, buscando em todos esses momentos tratar de dar centralidade ao cultivo do fumo enquanto eixo principal da presente pesquisa, a instalação das indústrias fumageiras e a ação das mesmas no sistema de produção, comercialização e exportação dessa mercadoria.

2.1 Breve histórico da produção de fumo no Brasil

O tabaco é uma planta nativa e originária da América Central. Muitos séculos antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os povos indígenas, sobretudo os tupis-guaranis, já usavam e cultivavam essa planta, ao longo do litoral brasileiro, talvez milênios atrás. Seu uso se dava principalmente em rituais na forma de inalação do fumo, e para fins medicinais no tratamento de úlceras e outras pústulas, eram usadas as folhas macetadas. (DESER Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, 2003 apud ALMEIDA, 2005)

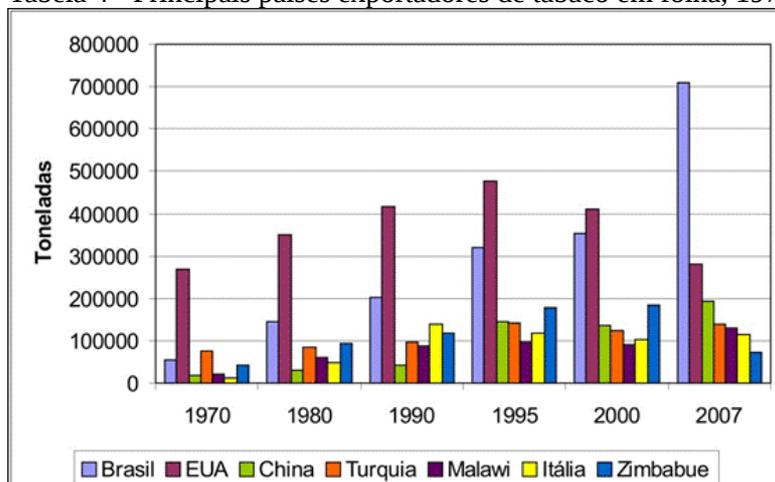
O tabaco foi apresentado aos primeiros colonizadores por seu elevado valor cerimonial, e rapidamente o valor de uso atribuído pelos povos indígenas transformou-se em outra fonte de riqueza para os colonizadores europeus, sobressaindo-se o valor de troca. A importância dada pela coroa ao tabaco pode ser vista ainda hoje no brasão oficial do Brasil, que ostenta de um lado uma rama de café frutificado, e do outro um pé de tabaco florescido, mostrando a relação de poder mantida entre os senhores do tabaco e os senhores do Estado. (PINHEIRO, 1998 apud ALMEIDA, 2005)

Segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) na safra de 2011/12 o Brasil já ocupava a posição de 2º maior produtor de fumo no mundo em volume de produção, ficando atrás somente da China que responde a 41% do total produzidos no mundo. Porém o Brasil, desde 2004, ostenta o título de maior exportador de tabaco em folha do mundo – do total produzido estima-se que 85% sejam destinados ao mercado internacional, abastecendo cerca de 96 países.

A região Sul concentra 96% de toda a produção de fumo do país, e é no Rio Grande do Sul onde fica a maior parte dessa produção, sendo este responsável por 52%, Santa Catarina

por 27%, e Paraná por 17%, sendo os outros 4% produzidos na Região Nordeste, nos Estados da Bahia e Alagoas.

Tabela 4 - Principais países exportadores de tabaco em folha, 1970 a 2007.



Fonte: FAOSTAT, 2009. Org. Mizaél Dornelles e Rogério Silveira, 2009.

O Brasil é um país com muitos atrativos para os investimentos das multinacionais. Na cultura do tabaco não é diferente, primeiro porque a mão de obra empregada na fumicultura é de baixo custo⁴, ao mesmo tempo em que gera um produto de alta qualidade. Com a Lei Kandir, e outras leis brasileiras que isentam de impostos os produtos para a exportação, o incentivo para a produção de *commodities* para a exportação é claro. Embora 50% do faturamento da renda do setor fumageiro seja para a arrecadação de impostos, o lucro gerado a esse setor ainda é muito grande.

Tabela 5 – Distribuição do faturamento e renda do setor fumageiro em 2007

Distribuição do Faturamento e Renda do Setor Fumageiro em 2007				
Segmento	Faturamento (R\$ milhões)	%	Margem Líquida (R\$ milhões)	%
Governo	7,747	51	7.747	71
Indústria	3,284	21	1.789	16
Produtor	3,328	22	517	5
Varejista	928	6	928	8
Total	15.289	100	10.981	100

Fonte: Anuário Brasileiro do Fumo, 2007.

(Apud, Boletim Especial DESER, Dez. 2012)

4 Ver dados do IBGE no próximo subtópico: 1.2 ATUAL CONJUNTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

2.2 Histórico da produção de fumo no município de Santa Cruz do Sul

Há pouco mais de 160 anos atrás, no período de 1849 à 1859, se dava o início da instalação da Colônia Alemã, povoado que era conhecido como Colônia de Santa Cruz.

Nessa época a Província era governada pelo Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, que autorizou, em 2 de dezembro de 1849, a formação da Colônia de Santa Cruz em terras do distrito rio-pardense da Serra do Botucaraí, entre a margem esquerda do Rio Pardo e o arroio Taquari Mirim (NORONHA, 2012, Pag.53).

O pequeno povoado cresceu rapidamente. Onde em 1849 haviam 12 habitantes, até o ano de 1853 ocorreu um incremento de 692 pessoas, e 10 anos depois, em 1859, estimava-se que a população estivesse em torno de 2.723 habitantes.

Estudos como os de Noronha (2012) e Breitbach (2014) sobre a história da fumicultura no Município e na região, nos demonstram que a produção de fumo acontece desde a instalação das primeiras famílias alemãs naquela colônia, e que a agricultura baseava-se inicialmente na produção de subsistência, sustentada pela mão de obra familiar, produção que foi se diversificando na medida em que aumentava a população. Portanto, tanto o fumo como os demais alimentos produzidos na região, tinham como finalidade o consumo pela própria população daquela Colônia.

A fumicultura já era praticada no povoado, embora ainda não tivesse tanta centralidade ou expressão. Os colonizadores alemães conheciam bem seu manejo, de forma muito artesanal e com poucos recursos, muito mais para o consumo. (NORONHA, 2012)

O período que vai de 1860 a 1881, é demarcado como o início da produção em maior escala. No ano de 1860 o fumo já era a principal produção do município, passando rapidamente de 14 toneladas produzidas em 1859 para 1.552 toneladas em 1881, um aumento exorbitante, que constituía um excedente de produção de fundamental importância para o desenvolvimento daquela colônia alemã, que prosperava, consolidando-se no mercado nacional, e encontrando no mercado exterior grande potencial de vendas. O que acabou atraindo para o município e região, capitais industriais nacionais e internacionais.

Conforme a tese de Noronha 2012, o investimento das famílias agricultoras nas folhas de fumo se dava tanto por conta da facilidade de escoamento da produção em carroças puxadas por bois ou cavalos para a cidade de Rio Pardo, que na época era um ponto de ligação comercial com a capital, quanto devido à rentabilidade desse produto em pequenas áreas de cultivo.

E, ainda, segundo a tese de Breitbach 2014, que vai no mesmo sentido, a escolha pela prioridade na produção de fumo se deu pelas condições de transporte das mercadorias, que não conseguiam competir com a qualidade dos produtos da agricultura colonial produzidos no Vale do Rio dos Sinos que pela proximidade de Porto Alegre chegava em melhores condições de consumo. Além do melhor rendimento monetário proporcionalmente superior ao volume das culturas tradicionais. (Vogt, 1997, pag.79, apud Fossatti; Freitas 2004, apud Fossatti 2014, pag.46)

Outro fato importante que não se pode esquecer é o rompimento com a tradição senhorial, e uma série de elementos da formação social brasileira até então, que estava ainda nesse período assentada no trabalho escravo. No entanto, esta não era uma realidade naquela colônia, constituída basicamente por agricultores e artesãos, habituados ao trabalho próprio, não alheio, como fonte de sua subsistência, e por isso com grande potencial para prosperar no mundo capitalista.

O dois autores concordam que entre os anos de 1882-1917 está o período compreendido como o momento de acumulação comercial, quando as grandes indústrias já instaladas no município começam a prestar assistência técnica e direcionar a forma da produção que pouco a pouco vai deixando de ser artesanal, com ferramentas as mais tradicionais – enxada, foice, facão – e sem qualquer aditivo químico, ou, mais especificamente, sem os adubos industrializados e agrotóxicos que ampliavam seu mercado no país, e passam a ter o poder de controle sobre os preços que serão pagos pelo fumo produzido, e a acumular mais enquanto os produtores passam a ganhar cada vez menos por sua produção.

No início do século XX, o fumo era produzido principalmente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, sem quaisquer aditivos químicos, e a secagem era realizada em galpões. Esses dados históricos também nos permitem reafirmar que a produção do fumo orgânico é totalmente possível, já que há poucos anos atrás essa era a única forma de produção na fumicultura, que foi totalmente substituída pela produção convencional, e que agora começa novamente a ser resgatada em algumas propriedades da região, desmontando a falácia criada pelas empresas e que são reproduzidas fortemente pelos agricultores, de que sem os agrotóxicos não é possível produzir.

É que sem os venenos a gente não faz nada, não consegue produzir nada. [...] Antes a gente não usou, mas também não colheu nada né, não sei o que tá acontecendo, se é o clima, o

ambiente, se tu não usa o agrotóxicos tu não produz nada, não tira nada [...] Porque sem usar a ajuda dessas coisas acho que tu não consegue produzir mais nada [...] (Entrevista F1⁵)

A partir dos anos 1917, inicia-se o período de industrialização. É o momento de transição das pequenas indústrias ou fábricas, beneficiadoras das folhas do tabaco e fabricantes artesanais de cigarros e charutos, que em média contavam com um quadro de 5 a 10 funcionários e que por vezes também mão de obra familiar, para as grandes indústrias, em geral capitais internacionais. (Noronha, 2012)

Essa passagem se deu principalmente pela falta de subsídio financeiro dos governos federal e estadual da época à pequena indústria, pois não havendo investimento nessas, elas faliam e eram conseqüentemente engolidas pelas grandes corporações, que se fortaleciam também através do incentivo fiscal do governo.

A partir de mais ou menos 1960 a indústria fumageira passa por um processo de monopolização e desnacionalização, tendência essa que é seguida e mantida nos anos que se seguiriam, pelo modelo de “desenvolvimento” adotado na ditadura militar no Brasil, em todos os setores de maior rentabilidade da economia brasileira, em especial as *commodities* agrícolas produzidas para a exportação.

2.3 Fumicultura se destaca na produção agrícola de Santa Cruz do Sul

O município de Santa Cruz do Sul está situado na região do Vale do Rio Pardo, a 150 km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, com uma população em 2010 de 118.374 habitantes, dos quais 13.184 ou 11,1% residiam na área rural e 105.190 ou 88,9% na área urbana. (IBGE Cidades, 2015)

Possui uma área total de 794,49 km², sendo 156,96 km² de área urbana e 637,53 km² de área rural.

A região é um dos principais núcleos da colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul, tanto que até hoje podemos ver praticamente toda a população rural do município ainda se comunicar na língua alemã ou outros dialetos alemães, embora todos falem a língua portuguesa e seja essa sua língua materna.

5 Foram realizadas entrevistas com 4 famílias produtoras de fumo do município de Santa Cruz do Sul, e para citá-las de forma que não seja possível identificá-las através dos nomes, usaremos 1ª Família F1, 2ª Família F2, 3ª Família F3 e 4ª Família F4.

Também se mantém a tradição das pequenas propriedades familiares, ainda que atualmente existam com pouca diversificação na produção, sendo a fumicultura a principal atividade agrícola. Cerca de 6,6 mil hectares da área do município são dedicados ao tabaco, que acumula uma produção anual de 14,7 mil toneladas, na safra 2012/2013, aumentando na safra de 2013/2014 para 15.840 toneladas.

A fumicultura é hoje, e desde mais ou menos 50 anos atrás, a principal fonte de renda e arrecadação do município, pois as principais indústrias de tabaco do país estão situadas em Santa Cruz do Sul, sendo a Souza Cruz líder em participação de mercado do país, e a Philip Morris a indústria que responde por 54% da arrecadação de [ICMS \(Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços\)](#) do município, tendo ainda outras várias empresas de tabaco instaladas no município. São elas:

Tabela 6 – Indústrias de tabaco situadas no município de Santa Cruz do Sul

Razão Social	Nome fantasia	Ano de instalação em Santa Cruz do Sul
A.T.C. Associated Tobacco Company Brasil Ltda	Associated Tobacco Company Brasil Ltda	1997
Aureo Gilvan Aires Bitencourt - Epp	A.G.A.B. Tobacco Commerce In General	1991
China Tabaco Internacional Brasil Ltda	China Tabaco Internacional Brasil Ltda	2002
Comercial De Tabacos Santa Cruz Brasil Ltda	CTS Brazil Tobaccos	2007
Ftm Comercial De Tabacos Ltda	Ftm Trading Tobacco Dealers	2006
Inter Continental Leaf Tab. Do Brasil Ltda	Ilt Brasil	2002
Jti Kannenberg Comercio De Tabacos Do Brasil Ltda.	Jti Kannenberg	1981
Comercial Tabacos Brasil Ltda	Comercial De Tabacos Santa Cruz Brasil Ltda	2003
Jti Processadora Tabacos Brasil Ltda	Jti Brasil	1999
Korea Tabacos Do Brasil Ltda	Não Tem	2005
Laisa-Com. Benef. Prod. Agr.	Não Encontrado	Não encontrado

Ltda		
Philip Morris Brasil Indústria E Comércio Ltda	Não Tem	2003
Premium Tabacos Do Brasil Ltda	Não Tem	2010
Profigen Do Brasil Ltda	Não Tem	1996
Recon Inc Brasil - Industria E Comercio De Tabacos Ltda	Não Encontrado	2002
Safra Agro Comercial Do Brasil Ltda - Me	Safra Agro Comercial Do Brasil	2011
Companhia Brasileira De Fumos Em Folha	Companhia Brasileira De Fumos Em Folha	1918
Tabacos Novo Horizonte Ltda	Tnh - Tabacos Novo Horizonte	2001
Topleaf - Industria E Comercio De Tabacos Ltda	Não Encontrado	2011
Universal Leaf Tabacos Ltda – Tabacos	Universal Leaf Tabacos Ltda	1957

Fonte de dados In: http://www.stifa.org.br/industrias_do_tabaco Acesso em 20/09/2015. Tabela da autora.

A British American Tobacco, também conhecida como Souza Cruz não foi encontrada na lista de indústrias vinculadas ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região (STIFA), nem o ano de instalação no município, mas segundo Antônio Sérgio Gorgen, da Coordenação do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) na região, a Souza Cruz foi uma das primeiras indústrias a se instalar, sendo há pelo menos 50 anos atrás.

Os jornais do município alardeiam a propaganda de ser o segundo município com maior geração de vagas de emprego. No entanto, se verificarmos melhor, percebemos que a grande maioria dessas vagas são temporárias nas empresas de fumo, na época da safra e pós safra, em que os trabalhadores são contratados por em média cinco meses, principalmente nos setores de classificação e pesagem das folhas, mas também em outras atividades.

No Boletim Especial DESER de dezembro de 2009, alguns mitos sobre o fumo são desconstruídos pelos pesquisadores através de dados, que não se podem deixar de lado ao analisarmos a produção de fumo e suas contradições. Apesar do tabaco ser muito rentável em pequenas propriedades, se comparados ao milho, soja e ou hortaliças, sua produção impõe riscos, para a saúde, mas também econômicos, tendo tido um investimento grande que será pago às empresas na colheita; ou seja, existe uma obrigatoriedade de alta produção, e caso as

famílias não consigam pagar a dívida com as empresas, não terão renda alguma para o ano, pois não cultivam nada além do fumo e podem nunca mais conseguir se restabelecer financeiramente.

O cultivo do fumo é a melhor alternativa de renda para a agricultura familiar? Nem de renda e nem de saúde e qualidade de vida. Em 2007, o setor fumageiro faturou R\$ 15,3 bilhões. Se compararmos esse montante de lucros a uma carteira de cigarros com 20 unidades, é possível afirmar que apenas 1 cigarro vai parar nas mãos do produtor; 2 são repassados ao comércio varejista; 4 ficam com as indústrias e 13 vão para a arrecadação de impostos.

(DESER, Boletim Especial – ACT /Dezembro de 2009. Pag.2)

O que também podemos verificar nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Cidade:

- Rendimento mensal domiciliar per capita nominal - valor médio - total – rural R\$ 554
- Rendimento mensal domiciliar per capita nominal - valor médio - total – urbano R\$ 928

(Dados do IBGE Cidades) Acesso em 23.07.2015

2.4 O processo de produção do fumo

Os trabalhadores e as empresas vêm trabalhando no que é chamado de sistema integrado de produção, onde os trabalhadores recebem das fumageiras os insumos e agrotóxicos, assistência técnica e a garantia de venda da sua produção. À primeira vista, parece ser um ótimo negócio para os produtores. Porém, esse sistema esconde fatos que não são perceptíveis a olho nu. Mais uma vez, a aparência não revela a essência da questão. “Esse sistema esconde o fato de que quem lucra com a integração na verdade são as indústrias, a maioria de capital multinacional, e que para as costas dos agricultores familiares só sobram os prejuízos.” (DESER, 2009, pag.1)

Pode-se começar afirmando que o ciclo produtivo do fumo requer um trabalho extenuante, praticamente o ano todo, começando normalmente entre os meses de junho e julho, com a semeadura nas bandejas que vão para uma estufa receber as primeiras aplicações de agrotóxico, ciclo que requerer em média 60 dias até as mudas atingirem o ponto ideal para serem transplantadas para a lavoura, que foi previamente dessecada e organizada em canteiros; ou feito como plantio direto, técnica que substitui o uso do Glifosato, em que, antes do fumo há uma cobertura, geralmente de aveia, enquanto as mudas recebem tratamentos com substratos químicos, conhecidos pelos agricultores como adubos, e fungicidas.

O tempo de duração do transplante até a colheita é de mais ou menos 80 a 90 dias,

período que os agricultores entram na lavoura algumas vezes, para aplicação da adubação e dos agrotóxicos; nesta parte ciclo da produção do fumo é que mais acontecem os casos de intoxicações agudas, tanto nos momentos de passar os agrotóxicos, como no contato direto com as folhas na colheita.

Mais ou menos 10 dias antes da colheita, acontece o processo de capação do fumo, que é a retirada do botão floral na parte superior da planta, com o objetivo de evitar que os nutrientes absorvidos pela planta sejam enviados para a flor e sementes, mas que sejam enviados para as folhas, fazendo com que essas ganhem peso e qualidade.

E enfim acontece a colheita do fumo, que nas quatro propriedades visitadas e na maior parte das demais plantações de Santa Cruz do Sul é da variedade Virgínia ou do fumo de estufa, que requer maior tempo e esforço de trabalho, já que sua colheita é realizada por etapas: enquanto as demais variedades são colhidas de uma só vez, sendo cortado o pé inteiro e a destala feita no galpão, o Virgínia requer sucessivas apanhadas das folhas ainda na lavoura, que começa das folhas inferiores até as superiores, sendo normalmente quatro apanhadas.

A colheita é realizada no verão, no final do ano, período em que os trabalhadores entram em contato direto e por mais tempo com a planta, que exige um trabalho manual na retirada das folhas, que são carregadas nos braços. Se por um lado a exposição ao sol deixa o trabalho mais cansativo, por outro lado os dias de chuva são ainda pior, já que o contato com o fumo molhado provoca a chamada doença da folha verde do tabaco – um tipo de intoxicação aguda, com sintomas, segundo relatos dos trabalhadores como: dores de cabeça, náuseas, tonturas, desmaios, fraqueza, diarreia e cólicas abdominais. A colheita do fumo molhado pela chuva é a principal forma de adquirir a doença, mas a intoxicação também pode acontecer através do orvalho da manhã, ou mesmo pelo suor nos dias quentes.

A chamada doença do tabaco verde, já descrita em estudos científicos, ocorre principalmente no período da colheita, quando agricultores carregam nos braços as folhas úmidas, seja por suor, orvalho ou chuva. A nicotina é uma molécula solúvel, por isso a água aumenta sua absorção. As concentrações de cotinina (derivado formado após a entrada no corpo) nesses trabalhadores são altas. Um fumante tem níveis acima de 50 ng/ml. Testes de urina realizados pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde mostraram que agricultores não fumantes com sintomas da doença tinham níveis entre 68 e 380 ng/ml. Se fumavam, os índices saltavam para 180 a 800 ng/ml. Os efeitos de longo prazo ainda não estão claros, mas, segundo o ministério, podem aparecer problemas como câncer, doença pulmonar obstrutiva crônica e cardiopatias.

(Reportagem de Flávia Milhorange, in <http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/produtores-de-tabaco-enfrentam-doencas-fisicas-psiquicas-no-rs-13473703>, Acesso em 02/09/2015.)

São basicamente quatro, os tipos de tabaco produzidos no Brasil, sendo eles o Virgínia,

Burley, Maryland e o comum. Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), na safra de 2011/12 o Brasil produziu 620.730 toneladas do fumo tipo Virgínia, enquanto todas as outras variedades juntas somavam 124.63 toneladas. Outra peculiaridade do Virgínia é a secagem, realizada em estufas com um forno que recebe lenha para a cura do fumo, enquanto nos demais a secagem é realizada em galpões ao natural.

O processo de secagem na estufa leva mais ou menos uma semana, e a temperatura do forno precisa ser acompanhada dia e noite, exigindo das famílias um esforço de trabalho de 24 horas ininterruptas durante essa semana. É importante ressaltar que na maior parte das propriedades o processo de secagem precisa ser feito mais de uma vez, já que os agricultores produzem em média 4 toneladas e meia por família, e os galpões não comportam toda a quantidade do fumo produzido de uma vez só.

Após as folhas já secas, é feita a pré-classificação das mesmas pelos produtores, e logo enroladas em maços, também conhecido pelos agricultores como “boneca”, que consiste em um maço de 20 a 25 folhas enroladas juntas por uma outra folha. As bonecas são separadas pela classificação, onde se avalia a maturação, cor, aroma, umidade, dentre outras características. O fumo Virgínia é separado em 41 tipos de classificação, enquanto o Burley e o Maryland em 30, e o Comum, 18.

Os maços de fumo, ou as bonecas, são organizadas em fardos e levadas para a indústria fumageira, que realiza a pesagem e uma nova classificação das folhas, sendo esta a que tem validade no final, não sendo possível por parte dos agricultores qualquer negociação quanto a classificação ou ao preço que será pago pelo seu tabaco.

2.5 As consequências dos agrotóxicos para a saúde humana

Os agrotóxicos utilizados na cultura do tabaco, são, em sua maioria, das classes toxicológicas I e II, Extremamente Tóxica e Altamente Tóxica respectivamente, fazendo parte também do grupo dos organofosforados, que têm atuação sobre o sistema nervoso central, e é aqui que consiste a possibilidade da alta incidência de suicídio no meio rural. E como afirmou o médico psiquiatra Ricardo de Campos Nogueira, que realizou um estudo sobre o suicídio nos municípios com as taxas mais altas do Rio Grande do Sul. Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, em dezembro de 2009, quando perguntado sobre o perfil dos suicidas, respondeu: “90% eram agricultores”. (Machado, 2014, Pag.98)

A exposição diária aos agrotóxicos, e durante praticamente toda a vida, a que são

submetidos os trabalhadores da cultura do tabaco, geram um dilema que se constitui como uma questão de saúde pública. É o que nos mostram e comprovam diversas pesquisas realizadas acerca deste tema. Se faz urgente a necessidade de uma transição da agricultura convencional, ou seja, do agronegócio, para uma produção baseada na sustentabilidade, no respeito à natureza e a todos os seres vivos. A agroecologia se coloca hoje como o caminho mais racional para a produção de alimentos limpos, para alimentar um mundo mais saudável, preservando também os saberes técnicos e conhecimentos dos povos do mundo, e que vem se contrapondo à agricultura industrial. Porém, não é esse o foco da pesquisa, mas sim demonstrar os malefícios dos agrotóxicos sobretudo para a saúde humana, mais especificamente os danos causados pelos venenos utilizados na produção de fumo e as consequências que os mesmos trazem a saúde do agricultor e da agricultora da fumicultura, em especial as doenças neurológicas que os agrotóxicos utilizados nesse tipo de produção causam.

O tabaco é uma das culturas que mais utiliza agrotóxicos na produção, apesar das “pesquisas” da Souza Cruz afirmarem o contrário. Segundo a Souza Cruz, o fumo consome em torno de 1Kg de agrotóxico por hectare; porém, esquece de mencionar que são usados em média 10 tipos de agrotóxicos na cultura do tabaco, e quase todos são passados mais de uma vez, o que nos dá um mínimo de 20Kg por hectare. Alguns estudos chegam a falar em 60 Kg de agrotóxico por hectare, o que chega a ser uma diferença exorbitante.

Na cultura do fumo usa-se em média 60 Kg de agrotóxicos por hectare. Quantidade que, em 1995, devido à seca e o conseqüente aumento de pragas, elevou-se para 100 Kg por hectare.

In <http://www.agrisustentavel.com/toxicos/induz.html> Acesso em 29/09/15.

Os agrotóxicos são aplicados antes mesmo da planta ir ao solo. O Glifosato⁶ é aplicado na “preparação” da terra, na dessecagem da lavoura, que tem o objetivo de deixar a terra completamente sem nenhuma outra cobertura verde. A preparação das mudas também requer o uso de agrotóxicos, que é colocado na forma de calda em piscinas de lona, onde ficam submersas as bandejas em que as sementes vão se transformar em mudas. Essa enorme quantidade de veneno traz ao trabalhador, à natureza e a todos que entram em contato com os mesmos, diversos problemas de saúde.

Existem muitos estudos que vêm nos mostrando como os agrotóxicos, além de outras diversas enfermidades, causam também transtornos mentais. Nossa hipótese é de que as altas taxas de suicídio no município de Santa Cruz do Sul e outros municípios fumageiros esteja

6 Glifosato é o agrotóxico mais utilizado no Brasil, mais conhecido também pela marca Roundap da Monsanto.

diretamente relacionada ao uso extensivo de agrotóxicos.

Existe considerável evidência de que os pequenos agricultores sofrem de doenças associadas à exposição aos chamados defensivos químicos, entre as quais depressão, ansiedade, disfunções neurológicas, dores musculares e tremores semelhantes aos causados pelo mal de Parkinson, além de vômitos, problemas relacionados ao fígado, dores de cabeça, insônia e câncer. Eles também sofrem com a exposição a altos níveis de nicotina e apresentam um rol de doenças anuais que coincidem com o calendário do cultivo do tabaco. (ETGES, 2001 apud ALMEIDA, 2005, pag. 27)

Embora haja tantas evidências que vêm mostrando quão danosos são os agroquímicos, e que o custo benefício que os mesmos oferecem à humanidade não vale a pena, parecem não estar sendo suficientes para as autoridades competentes, responsáveis pelo acompanhamento a esses produtos, para que tomem as medidas cabíveis.

3. O USO DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO DO FUMO E OS IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES

A presente pesquisa é um estudo de caso realizado no município de Santa Cruz do Sul – RS, que tem por objetivo conhecer o processo de trabalho na produção do fumo, o uso e exposição aos agrotóxicos e os impactos na saúde dos trabalhadores, particularmente no que se refere ao suicídio. Foi realizada no período de fevereiro a novembro do ano de 2015 e usou como fontes de pesquisa entrevistas realizadas com famílias de produtores de fumo do município, assim como estudos existentes obtidos através de pesquisa bibliográfica.

As entrevistas foram realizadas com uma médica e uma técnica em enfermagem do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Região dos Vales (CEREST⁷), na sede da instituição no município de Santa Cruz do Sul, e com quatro famílias de pequenos produtores e produtoras de fumo do município, que responderam a uma entrevista semi estruturada, no mês de maio de 2015, época de pós-safra, quando o fumo já colhido e seco nas estufas e/ou galpões, passa pelos processos de classificação, montagem da “boneca” e enfardamento.

Com as famílias produtoras, cada entrevista durou em média uma hora e meia. Porém se mostrou notório em todas as entrevistas um certo medo em responder algumas perguntas, e o receio de falar sobre certos assuntos, como se houvesse uma questão moral em falar daqueles que lhes dão a oportunidade de um trabalho “bem remunerado”. Pareciam não querer falar sobre as fumageiras por lhes dever algum tipo de favor.

Com as trabalhadoras do CEREST Vales, instituição que tem 10 anos de existência e atende toda a Região dos Vales, abrangendo cerca de 68 municípios, a entrevista durou cerca de uma hora, seguindo um roteiro semi estruturado, mas percorremos também questões muito importantes que eram desconhecidas por mim, porém bem conhecidas por elas. Justamente por isso foi adotada metodologicamente a entrevista semi estruturada, podendo incorporar outras questões, não passíveis de serem previstas inicialmente nos roteiros, e que foram surgindo como desdobramentos das perguntas, deixando a entrevista fluir mais livremente para que informações valiosas não se perdessem, enriquecendo a pesquisa.

As informações obtidas nas entrevistas serão mescladas ao longo dos subtítulos, através de núcleos de temas tratados em cada um, com a finalidade de mostrar as opiniões por

7 Criado a partir da Portaria Ministerial 1.679/2002, os CERESTs cuja finalidade é a de ampliar a Rede Nacional de Atenção à Saúde dos Trabalhadores (RENAST), integrando os serviços do Sistema Único de Saúde-SUS, voltados à Assistência e a Vigilância, tendo como objetivo atuar, prevenindo, controlando e enfrentando, de forma estratégica e integrada, os problemas de saúde coletiva como as mortes, acidentes e doenças relacionados ao trabalho.

vezes iguais, por vezes divergentes, dos produtores do tabaco e dos trabalhadores da saúde.

Em conformidade com a ética em pesquisa que deve garantir o anonimato e evitar a exposição dos entrevistados, seu sigilo será preservado e não usaremos nomes. As entrevistas serão mencionadas como Família 1 (F1), Família 2 (F2), Família 3 (F3), e Família 4 (F4), sendo as respostas dos membros da família apresentadas em conjunto; somente quando for relevante identificaremos qual membro está falando.

3.1 Relações de trabalho

Fica muito explícito nas entrevistas com os trabalhadores a relação de poder que as empresas fumageiras exercem; se por um lado, os produtores acreditam ter certa autonomia, por outro, todas as famílias acabam por admitir que não têm escolha, e precisam seguir algumas regras impostas pelas empresas, que são “desvantajosas” para eles. E mesmo que de forma muito superficial consigam compreender essa relação como desigual, não conseguem se desvencilhar dela, pois estão inseridos em uma lógica de mercado que os impede de ver certas contradições e acabam se sujeitando à lógica do sistema.

A alienação do trabalho fica muito clara nesse momento, evidenciando a extrema exploração da mão de obra dos produtores do fumo, que muitas vezes têm essa relação como única fonte de renda. Por isso, o trabalho deixa de ser a satisfação de uma necessidade para se converter apenas em um meio para satisfazer necessidades externas a ele. O trabalho não é uma feliz confirmação de si e desenvolvimento de uma livre energia física e espiritual, mas antes sacrifício de si e mortificação. (MARX, 2014)

É aqui que percebemos que o trabalho é sofrimento e não realização. Mas o enorme fardo do sofrimento gerado pelo trabalho com o fumo parece ser negado pelos produtores, que foram convencidos pelas empresas que o fumo é a melhor ou até a única opção de geração de renda para eles. O trabalho é forçado. Trabalha-se para sobreviver e nunca somente o necessário. Pior ainda é constatar que o motor do trabalho não é a necessidade, mas sim os interesses daqueles que exercem poder sobre os trabalhadores.

O cotidiano é uma prova desta alienação, já que o trabalho é sempre considerado como o fardo para a sobrevivência, e a tentativa de fazer do trabalho algo bom é constantemente praticada: tentam colocar palestras motivacionais, um ambiente saudável, incentivam que os indivíduos sigam sua “vocação” e etc. Entretanto, mesmo para aqueles que “amam” seu trabalho, ele ainda é feito sob a perspectiva meramente econômica do capitalismo. Para os

fumicultores, esse fardo é ainda mais pesado, pois mesmo que se tente negar, os riscos desse trabalho são conhecidos por eles. (LESSA y TONET, 2011)

Quando perguntados sobre o que acham das fumageiras, duas famílias responderam que não têm queixas e que a relação é boa, porém também falaram sobre as dificuldades de negociação.

Queixa não tem, assim tá bom, na hora da gente comprar as coisas deles não tem problema. Mas eles são bons até sabe quando, quando o fumo tá bom e na mão deles. (F1)

A outra família, quando perguntada sobre sua autonomia frente a empresa, respondeu:

Sim, a gente não é obrigado a fazer como eles acham, a gente também tá acostumado a fazer as coisas porque o sistema vem de antigamente né, então não mudou muito assim, só que tem regras hoje que tem que seguir.

Sim que tem umas regras lá que são boas, mas também pra eles tirar uma nota pra nós, meu Deus né, e pra descarregar lá o fumo também, o patio é deles né, eles fazem do jeito que querem. (F3)

Nessa ultima entrevista podemos ver o “costume” com o “sistema de antigamente”, que nada mais é do que uma inércia controlada, o desconhecimento desses trabalhadores acerca dos seus direitos, e a aceitação do que já está estabelecido, acreditando-se que não é possível mudar. É a alienação do trabalhador para com o produto do seu trabalho, no qual ele vê apenas uma fonte de renda para a manutenção da sua vida e de sua família, é o sacrifício que se aceita fazer, em nome de sua sobrevivência.

Para as outras duas famílias, as empresas estão exercendo o poder que têm e os produtores acabam se sujeitando às imposições deles, pois não têm força para reagir.

Ah, que nem agora, eles tão comprando ruim né, tá bem ruim, cada vez menos. Eles não valorizam a gente, eles mandam os instrutor aqui né, os instrutor tratam a gente bem, mas eles só mandam as ordem né. Tem que ter um que manda né, eles têm poder dai é eles que mandam. (F2)

Não podemos achar nada, a gente precisa vender pra eles.

Tá muito difícil de vender pra eles, porque eles mandam a pessoa lá pra classificar e eles tão rebaixando no mínimo duas, e muitas vezes uma redução de duas classes pra trás é uma diferença de 20 a 30 reais por arroba, e numa nota de mil arroba tu vê bem. Hoje em dia mil reais que deixa de vim pra ti já faz diferença, imagina mais do que isso. Eu não sei aonde isso vai parar. (F4)

Quando perguntados sobre o contrato, e como é a relação deles com as empresas, uma família disse não haver nenhum contrato, mas apenas um cadastro na empresa, que é aberto quando os produtores pegam os insumos e os venenos para a produção, ficando na empresa uma dívida que será paga na safra, e por uma medida de controle são feitas 3 estimativas de produção, uma no início, uma no meio e uma no final antes da colheita, onde os técnicos das fumageiras que prestam assistência aos produtores fazem um cálculo de quanto será produzido em cada lavoura, entrando em um acordo com o proprietário.

A maior parte das fumageiras trabalha com uma margem de erro de 5% para mais ou para menos dessa estimativa, e toda a produção da estimativa precisa ser entregue para a empresa que forneceu os insumos e agrotóxicos. Caso haja qualquer problema na produção e a estimativa não seja atingida, as famílias ficam com uma dívida que em geral leva muitos anos para ser paga. E se a produção for a mais, pode ser comprado tanto pela empresa que forneceu os insumos, mas também ser negociada com outras fumageiras que possam ter um valor melhor.

Além da relação de trabalho entre os produtores e as fumageiras, as trabalhadoras do CEREST também relataram a relação de pressão ou opressão que existe sobre os médicos da região pelas indústrias do fumo, que chega a ser uma denúncia muito grave sobre assédio moral, praticado pelas indústrias. Na entrevista realizada com as profissionais, mencionei o caso que me foi relatado em uma das entrevistas sobre um acidente de trabalho, em que o agrotóxico que o trabalhador estava manipulando pingou no seu olho e que o médico que o atendeu não registrou no laudo que a causa do agravo tinha sido o veneno, ao que elas comentaram:

Porque tem pressão, existe muita pressão pra ele não fazer esse diagnóstico. (Médica)

Porque a industria que produz esses venenos é a mesma industria que produz essas medicações né.(Tec. Enfermagem)

Não, mas nem é só isso né ...(Tec. Enfermagem), a industria fumageira, principalmente aqui na região, ela faz uma pressão sobre a categoria médica, pra não fazer diagnostico de problemas relacionados ao fumo, seja o agrotóxico, seja a doença da folha verde do tabaco, não pode dizer que aquilo faz mal, não pode dizer que o trabalho faz mal, nem em geral, nem aquele trabalho em especifico.

Ah, vários tipos de pressões, vamos dizer, a grande maioria são conveniados da Unimed por exemplo, aí eles vão na Unimed e dizem, “Olha, o fulano tá fazendo tal coisa”, é pra descredenciar ele. (Médica)

3.2 Utilização do equipamento de proteção individual EPI, os riscos e as formas de prevenção

O EPI (Equipamento de Proteção Individual), é, segundo a Lei 6.514 de dezembro de 1977 Capitulo V estabelecido na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), um equipamento de proteção e segurança do trabalhador, devendo ser adequado segundo a necessidade de controle aos riscos que o usuário estiver exposto, e por isso deve ser aprovado e certificado no Ministério do Trabalho.

As obrigações do empregador incluem fornecer gratuitamente o EPI aos trabalhadores, adquirir um EPI adequado a cada atividade, exigir o uso, orientar e treinar o trabalhador quanto ao uso, guarda e conservação, substituir imediatamente quando danificado ou extraviado, e comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) qualquer irregularidade observada.

As obrigações do empregado quanto ao EPI são usá-lo, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina, responsabilizar-se pela guarda e conservação, comunicar ao empregador sobre qualquer alteração que o torne impróprio para o uso, e cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado. (BRASIL, 1977)

Na legislação encontramos também duas questões importantes a serem ressaltadas, mas que dificilmente são lembradas, principalmente pelos empregadores, obrigações que não são cumpridas como deveriam: primeiro, o EPI deve oferecer conforto segundo a avaliação do trabalhador que utiliza o mesmo; a outra é que o EPI só deve ser utilizado após a comprovação da impossibilidade de garantir medidas de proteção coletiva.

Primeiro, constata-se que os EPIs fornecidos pelas empresas não são adequados a

finalidade a que se destinam, ou seja, a segurança e saúde do trabalhador, pois em todas as propriedades visitadas o EPI não passava de uma calça e um avental de plástico, que, segundo os trabalhadores, se rasgam facilmente na lavoura; o avental não protege os braços do contato com as folhas de fumo molhado, sendo inútil sua utilização; as luvas não são anatômicas, dificultando qualquer manuseio; as máscaras são inadequadas, pois são destinadas à retenção de pequenas partículas de poeira, acumulam e concentram os resíduos de agrotóxicos facilitando a intoxicação ao invés de preveni-la.

Como podemos ver também nas orientações das bulas dos agrotóxicos sobre o uso do EPI indicado para cada um, tampouco essas estão sendo cumpridas, já que na maioria deles, a orientação é que seja: macacão de algodão hidrorrepelente com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas; botas de borracha; máscara com filtro combinado (classe P2); óculos e luvas de nitrila. (Confidor Supra, MAPA sob no 16508)

Ou seja, apenas as botas e as luvas estão sendo fornecidas corretamente, e mesmo assim, a luva não oferece as condições necessárias para o trabalho. O que significa dizer que essas medidas “protetivas” não estão sendo cumpridas, por parte das empresas, que culpabilizam os trabalhadores por não usarem o EPI fornecido por elas, ignorando o fato de que as indústrias induzem o uso de agrotóxicos e ao mesmo tempo usam o EPI para se eximirem da responsabilidade com a saúde dos produtores de tabaco. (ALMEIDA, 2005)

O EPI que é apenas mais um item comercializado pelas empresas fumageiras dentro de um pacote tecnológico, e, ainda que esteja longe de ser o adequado, não é utilizado integralmente pelos trabalhadores. É fácil ver trabalhadores com apenas partes do equipamento, quando o utilizam, pois embora reconheçam os riscos de trabalhar com agrotóxicos e o fumo molhado, não veem o EPI como algo que lhes ofereça segurança.

O problema é que essas roupas aí são feitas pra não passar água né, só que daí tu vai trabalhar, e teu corpo esquenta e tu não aguenta ali dentro. (mulher)

É pior eu acho usar aquilo, a gente passa mal de tanto calor. (homem)

Eu antes não usava muito, e depois comecei a me cuidar melhor, e usar mais, eu abria um furo na borracha da bota, trabalhava sem camisa, e se tu vai usar o EPI tem que usar só a cueca por baixo porque tu não guenta de calor.

Não a máscara não, não acho necessário. (F3)

Tudo não boto, a calça e a camisa eu boto, mas a luva e a máscara não boto é muito quente. Sai num dia de hoje pra ver quem aguenta, é muito calor. Mas pra colher o fumo molhado eu uso, porque antes quando não vinha o EPI, quando colhia o fumo molhado de tarde eu tava bem ruim, vomitando, com dor de cabeça, e hoje não sinto nada, é que nem se não tivesse colhido. (F1)

É isso ali acontece com nós quando colhe o fumo molhado, aí tem as roupa protetiva né, mas as vez a gente esquece. Aquela roupa não tem como trabalhar direito, atrapalha de mais, é muito desconfortável, daí tu se sente ruim de tanto calor sabe. E daí eles obriga a comprar, tem que comprar, quer ou não quer aquilo vem junto, aquelas plaquinha também, “Cuidado, veneno”, “Cuidado, agrotóxico”, a gente tem que pagar, e todo ano vem junto, tem umas quantas ali guardado. (F2)

Podemos ver nas entrevista que as famílias não utilizam nem as luvas nem a máscara, acreditando não serem necessárias, sendo suficiente a utilização da roupa, o que é algo bem comum entre os trabalhadores. As outras duas famílias afirmaram não usar o EPI, pois se sentem mal com o calor.

A realidade sobre o uso do EPI parece não ser conhecida pelas empresas que o fornecem, que afirmam ser culpa apenas do trabalhador sua intoxicação por não usar o equipamento. Porém nos cursos oferecidos pelas empresas aos trabalhadores sobre o correto uso do EPI e da utilização dos agrotóxicos, não existe um dialogo, mas um monólogo onde a empresa fala e os trabalhadores escutam, já que as práticas das famílias, contrariando o que parece, são bem conhecidas pelos técnicos que prestam assistência, e a opinião dos trabalhadores sobre o desconforto causado pelo EPI não é levada em consideração tanto pelas empresas quanto pelo Ministério do Trabalho que certifica tais equipamentos.

Por sua vez, os riscos do trabalho com o fumo, a não utilização do EPI e o contato com os agrotóxicos são bem conhecidos pelos trabalhadores, que ao mesmo tempo que afirmam não conseguir usar o EPI, dizem também saber das consequências para sua saúde. E quando indagados a respeito, consideraram o trabalho com fumo ser de risco.

Eu acho que é. Sim, na verdade é de risco mesmo. Por isso eu acho também que proibiram de menor né. (F4)

Pra mim é o tempo né, se vem granizo ou ventania, nós perdemos tudo, não sobra nada, nada, nada. E as conta tem que pagar né.

Não, porque a gente cuida né, e risco pode ter em qualquer

serviço que a gente faz, mas quando a gente vai pra roça tem que saber se cuidar.

Faz mal, não adianta dizer que não faz, porque faz mal. Faz mal, mas não é só nós que trabalha no fumo que usa esses veneno, a batatinha e o tomate é os que tem mais veneno hoje em dia, na batatinha usam até Furadan, que nós usava um tempo atrás no fumo e hoje tá proibido. Eu me lembro que quando nós era criança, passava o Furadan e daí os bichinho iam lá na terra onde passava e ficava deitado ali mesmo, nem se mexia mais.
(F1)

Sobre o Furadan 350, a que se refere a última entrevista, segundo a Anvisa tem sua venda controlada, porém não se sabe até que ponto é possível controlar a venda de um produto assim, mesmo porque a fiscalização é absolutamente irrisória, e ao contrario do que afirma a família sua venda não é proibida no Brasil. O ingrediente ativo é o Carbofuran, um inseticida/acaricida. É um dos venenos mais fortes e mais antigos que temos no Brasil, proibido em vários dos países mais ricos no mundo. O Furadan tem classificação toxicológica como (Classe II) “Altamente Toxicó”, foi proibido nos Estados Unidos em 2009 pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) que emitiu uma regulamentação proibindo o uso na produção de alimentos, em razão de riscos inaceitáveis para a saúde, especialmente para as crianças.

A forma dos trabalhadores lidarem com os riscos eminentes do trabalho com o fumo e tudo o que ele exige, é, de certa forma, a negação de que há sofrimento na atividade que exercem, é um ritual de sacrifício aceito entre eles, que busca sobrepor a questão econômica, a um modo de vida que trás perigos irreversíveis a sua saúde.

A rentabilidade da fumicultura na pequena propriedade faz das famílias reféns de um sistema de exploração pelas empresas de tabaco, já que a viabilidade da transição para outras culturas que possibilitem a sobrevivência das famílias no campo, com um padrão de vida razoável e com as condições necessárias, ainda é muito difíceis, com pouco subsídio, investimento, e incentivo por parte do governo, embora exista o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com o Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 2005 pelo Governo Federal

Sendo assim, as formas de prevenção utilizadas pelos agricultores são absolutamente insuficientes, pois não apresentam condições razoáveis de segurança, oferecendo riscos irreversíveis a saúde de todos os membros da família que trabalham com a fumicultura.

Outra forma de prevenção dos sintomas causados pela colheita do fumo molhado foi

relatada em entrevista por Leticia Chimini, Assistente Social do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Segundo ela, os agricultores vão aos postos de saúde pegar Dramin, remédio utilizado para tratar enjoos, náuseas, tonturas, e vertigens em geral, tomando antes e depois da colheita do fumo molhado, anulando assim os sintomas de uma intoxicação aguda, o que pode trazer riscos ainda não conhecidos cientificamente.

3.3 Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, e as consequências dos agrotóxicos para a saúde dos trabalhadores

Todos os trabalhadores, quando questionados sobre o risco de acidentes de trabalho, concordaram que existe sempre a possibilidade de acontecer. Reconhecem também como um risco a possibilidade de perder a plantação e não conseguir pagar as dívidas, e sobre os riscos na saúde todos concordaram que existem e são muitos, mas não sabem como se desvencilhar deles, sendo essa na maioria das vezes sua única fonte de renda.

É um risco, quase tudo que a gente faz tem risco né.
Sim, mas se não fosse o fumo, nós nunca ia ter o que a gente tem hoje, tudo que a gente tem hoje praticamente. Mas assim, hoje a gente tá trabalhando normal, mas amanhã ou depois pode não tá tão bem.(F1)

Nessa entrevista, podemos ver claramente o reconhecimento dos perigos de trabalhar com o fumo, mas ao mesmo tempo, foi o trabalho com o fumo que gerou a renda que facilitou a entrada dessa família no mercado consumidor.

Pra nós não né, porque a gente tá acostumado, é que a gente se criou plantando né, acostuma né. É o que eu já falei antes, hoje a gente se cuida, mas anos atrás não dava bola pra nada, hoje não. Até pelo que aconteceu comigo né. (F3)

Eu acho que é. Sim, na verdade é de risco mesmo. Por isso eu acho também que proibiram de menor né. (F4)

Sobre os acidentes de trabalho, mesmo a família que disse não acontecer pois se cuidam, depois concordou que acidente é algo que acontece sem a intenção, mesmo a pessoa envolvida não querendo. As possibilidades são muitas nesse tipo de trabalho, e eles citaram algumas:

Pode acontecer né, qualquer hora, cai no meio da roça, vira a caroça, vira o carretão, uma vez um peão também caiu lá de

cima do galpão. (F2)

Claro, tem bastante possibilidade. Na costura do fumo em uma máquina elétrica por exemplo é muito fácil de alguém se machucar, porque tem que revisar os fios e os bastões antes de começar trabalhar, porque é tudo ferro né, se não pode encostar os fios, uma vez num colega meu, morreu duas mulher numa tarde mexendo com aquela máquina, morreu de choque, deu chuva no dia e acho que molhou. O rapaz acabou sem nada, pra poder escapar da cadeia, claro que ele não ia fazer isso com os outros né, isso não existe né, uma pessoa de bem como ele era e é até hoje, a terra que ele tinha foi tudo, foi trator, tudo que ele tinha ele teve que vender pra pagar advogado e coisa e tentar provar pros home. (F4)

As intoxicações, que são tanto pelos agrotóxicos como também pela doença da folha verde do tabaco, embora sejam também acidentes de trabalho, não são considerados pelos trabalhadores assim, pois fazem parte do cotidiano do trabalho com o fumo. E é aqui também que consiste a subnotificação das intoxicações, pois segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) para cada notificação, existem outras 50 intoxicações que não foram notificadas.

Além de muitas vezes os médicos não notificarem, os trabalhadores também encontraram formas de driblar os efeitos, e as técnicas de minimização dos sintomas são diversas, segundo eles, desde o Dramin, antes e depois das intoxicações, assim como outros recursos domésticos para as dores de cabeça que são constantes, como chás e outros remédios caseiros, ingestão de leite, repouso, e as vezes simplesmente esperam os efeitos passarem, pois os sintomas de uma intoxicação aguda levam não mais de um dia para passar.

E pode ser mais cruel, tem empresa que recomenda que a pessoa fume pra diminuir os sintomas, porque o fumante tá mais habituado né, a nicotina, dai dá uma certa tolerância, a intensidade dos sintomas diminui, ou não é percebido. Assim como tem pessoas que acreditam que tem que fumar pra continuar tendo a compra do fumo. (Médica)

Por não considerar um acidente de trabalho, apenas uma família citou um caso mais grave de intoxicação que aconteceu, os demais após a pergunta sobre os acidentes de trabalho foram perguntados: “E vocês já sofreram algum tipo de intoxicação?”

(mulher) Sim, eu já, fico bem ruim.

(homem) Se ela não usar o EPI fica mal.

(mulher) Já ele não se importa com o veneno, é mais fraco pra

ele.

Só que depois que o fumo seca não tem problema. O que mais faz mal mesmo é a nicotina que tem no fumo né, que deixa a gente mal, fica meio tonto. (F1)

(homem) Não.

(mulher) Fez sinal que sim com a cabeça (F2)

(homem) Já, já sim. A mulher nem vai perto da roça.

(mulher) Eu só de vê eles lidando naquilo parece que já me encalacra. Assim, ânsia de vomito, me resseca a boca, dor de cabeça.

(homem) Eu na ultima colheita, que eu passei mal, mal mesmo, saí vomitando, deu diarreia também, o estômago parece que parou sabe, eu colhi o fumo com chuva, faltava pouco, falei há vamo colher pra terminar, e aí o fumo fica muito fedorento quando chove. Sempre, tudo mais ou menos igual. (F4)

Quando perguntados sobre os sintomas sentidos no caso de uma intoxicação, relatou os seguintes:

Há, trimilica, branca, com ânsia de vômito, tinha que vomitar, tinha que ir no banheiro ao mesmo tempo, tinha que ficar deitada porque de pé não aguentava. (F1)

E dentre as formas de atendimento e tratamento dessas intoxicações, é muito comum acontecer o mesmo que essa família relata:

A gente toma um chá e espera passar, porque é um tempo só. Um dia, as vezes uma tarde tava ruim, mas no outro dia tava bom de novo. (F1)

As famílias 2, 3 e 4 afirmaram procurar atendimento médico, ou no hospital ou em postos de saúde, quando sentem os sintomas das intoxicações, porém esses sintomas podem ser sentidos diariamente durante todo o processo de cultivo, e como eles mesmos relataram, em alguns dias as atividades ficam muito intensas e sobra pouco tempo, o que nos leva a acreditar que nem sempre é possível procurar atendimento, principalmente pela falta de tempo e dificuldade de locomoção do meio rural para os locais de atendimento a saúde. A família 1 disse não procurar atendimento médico algum, resolvendo o problema com remédios caseiros.

Chama a atenção também o relato da Família 3 (F3), sobre o caso mais grave que aconteceu com o homem, que relatou estar mexendo uma calda de agrotóxico, que estava sendo preparada para as arvores frutíferas, quando uma gota respingou no seu olho e

imediatamente ele sentiu o gosto na boca e começou a passar mal. Foi levado ao médico onde relatou o ocorrido com o agrotóxico, a equipe fez uma lavagem no olho, mas mesmo assim estava alegando ser leptospirose:

(mulher) Mas não dá nem pra explicar o jeito que ele ficou, cada bichinho que picava ele parecia que ele murchava, tinha que fechar tudo.

(homem) Me atingiu num ponto assim que eu achei que não ia aguentar.

E eles tavam alegando que era leptospirose, e eu dizendo que era veneno e nada mais. Daí fizeram exame, e mandaram embora, depois viram que era mesmo veneno, mas eles não queriam admitir queria dizer que era leptospirose mesmo.

(mulher) Imagina né, podiam ver que foi de repente, daí o médico que veio aqui depois, que já é o médico que atende nós disse que foi a pior coisa eles não ter acreditado quando nós falamos e perdeu tempo no tratamento contra o veneno. (F3)

Todas as quatro famílias entrevistadas relataram intoxicações, e pelas falas pode-se concluir que todos os membros que trabalham efetivamente, se intoxicaram mais de uma vez, sendo que duas famílias não procuraram nenhum tipo de atendimento, e ou qualquer forma de notificação, as outras duas famílias disseram ir ao posto de saúde. Porém isso não significa necessariamente que a notificação tenha sido realizada, mesmo sendo essa uma notificação compulsória, por parte dos funcionários da saúde.

Ou seja, não existe nenhuma orientação junto aos trabalhadores sobre a necessidade da notificação das intoxicações, seja pelo desinteresse do governo para o tema dos agrotóxicos, e a conseqüente falta de políticas públicas voltadas a essa questão, ou mesmo a irresponsabilidade das multinacionais fornecedoras dos agrotóxicos, que deveriam informar os produtores, quando por obrigatoriedade legal oferecem os cursos das boas práticas de manejo dos agrotóxicos, onde devem ser informados tanto os riscos a que estão expostos no trabalho com agrotóxicos como a correta utilização do EPI.

A opinião das trabalhadoras do CEREST quanto a compreensão que os trabalhadores têm sobre sua própria saúde é um pouco diferente, está baseada em questionários de pesquisa aplicados por elas aos fumicultores, em estudos publicados tanto pela Universidade de Santa Cruz do Sul, como internacionais, mas também na observação empírica da realidade.

Quando ele não pode trabalhar, daí ele vai, e é esse o conceito de saúde que ele tem também, ele não se considera doente enquanto ele pode trabalhar, ele pode tá com dor, pode tá com qualquer coisa, mas se ele ainda consegue trabalhar ele não se considera

doente né.

A gente fez acho que foi em 2010 eu acho né, aqueles seminários regionais e daí agente trouxe um trabalho com os agentes comunitários de saúde, que aplicaram alguns questionários, e aí agente perguntava, e uma das perguntas era: “Qual era a percepção que a pessoa tinha, que o trabalhador tinha sobre a sua saúde?” E a maioria disse que era boa, e aí depois tinha outra pergunta que listava assim, uma série de sintomas, e perguntava se eles tinham esses sintomas recentemente, dor de cabeça, tontura. E a maioria tinha um monte daqueles sintomas, não era só um né, assim mais da metade dos sintomas, então é um paradoxo né, eu tenho boa saúde, mas ao mesmo tempo eu tenho um monte desses sintomas que indicam problemas de saúde.

(...)E tem alguns temas que são polêmicos também, daí quando agente fala “Tá, mas vamos falar sobre agrotóxico.” Daí eles já ficam meio...né. Já criam uma certa antipatia, “Ah, vão aqui dizer que não pode, mas a gente precisa do agrotóxico”, então a gente acaba indo assim, meio que de penetra né...

E aí dentre desse aspecto da saúde do trabalhador rural a gente aborda vários temas, desde a questão da exposição ao sol, da doença de pele, dos problemas de coluna, osteo musculares, a questão do trabalho infantil que é outro tema polêmico, difícil, dos agrotóxicos. (Médica)

Se por um lado os riscos a saúde são conhecidos pelos produtores, por outro a negação de que seus trabalhos os forcem a um sacrifício que não poderia ser aceito é evidente, pois a partir do momento que existe a recusa de aceitar essa brutal exploração, esse sacrifício imposto, toda uma vivência parece ter sido desperdiçada. E essa realidade é conhecida pelo CEREST, que relata isso de forma muito intensa.

A gente tá falando sempre de conflito, então tu que vem de uma área de assentamento, sabe bem o que é o conflito de Capital X Trabalho, então aqui isso vai aparecer de várias formas de várias nuances, vai aparecer sempre que agente falar de saúde do trabalhador, essa questão desse conflito dessa disputa, Capital e Trabalho, então essa negação do adoecimento relacionado ao trabalho, todos os envolvidos, desde aquele que adoeceu, até quem atende quem adoeceu, até quem tem que fazer alguma coisa pra modificar essa realidade, é repleto disso.

Porque o meu trabalho é sempre mais importante que a minha saúde, e isso tá ligado a geração de lucro, o fomento da economia, porque a economia é a coisa mais importante do mundo, o capitalismo, o poder né, é muito amplo né, a gente acaba resumindo mas o negocio é complexo, então assim, o próprio trabalhador e isso não é só o trabalhador rural, o trabalhador da industria que tem lá uma doença, vem muito pra nós aqui atender né, se for pensar em fazer uma CAT que é o

trabalhador com carteira assinada, eu não vou fazer CAT pra doença, eu faço pra acidente, então essa coisa de não reconhecer a intoxicação como um acidente de trabalho, é geral, e no agricultor é mais ainda, por tudo isso que a gente já falou, por toda uma percepção de saúde e outras coisas, e as pessoas crescem ouvindo que o trabalho enobrece, que quem trabalha é digno de merecer as coisas né, e que se tem algum desconforto, algum sintoma, são ossos do ofício, então isso tudo é muito naturalizado, banalizado, eles não enxergam aquilo como uma doença, então se intoxicar faz parte da rotina de trabalhar com o fumo com agrotóxicos ou com outros produtos químicos, não é visto exatamente como um transtorno de saúde. E principalmente porque a coisa aguda passa, porque realmente aqueles sintomas mais agudos vão passar na maioria das vezes vai passar, é só fazer alguma coisinha doméstica ali que vai passar, então parece que não deu nada. (Médica)

Como muito bem salientou a Médica, a relação Capital X Trabalho é muito complexa e se mostra tão presente quanto em qualquer relação capitalista de trabalho, revelando valores humanos distorcidos por uma forma de (des)organização social que está acima de tudo retirando a humanidade que resta a esses trabalhadores, a troco de uma renda miserável que mantém a classe trabalhadora exatamente onde se espera, e os ricos cada vez mais ricos.

3.4 Sobre os altos índices de suicídio

Outra questão importante, são os altos índices de suicídio no município e nessa região fumageira, sendo a depressão uma das doenças que mais chama a atenção nessa região, que pode ser diretamente relacionada ao uso de agrotóxicos, em especial os inseticidas, organofosforados, organoclorados e os carbamatos, que têm uma atuação no sistema nervoso central, causando problemas neurológicos que podem levar conseqüentemente ao suicídio.

Quando perguntadas sobre o uso de remédios antidepressivos, 2 famílias disseram que não, e as outras 2 que sim, pelo menos um membro da família toma.

E quando perguntadas se tinha algum caso na família, ou na vizinhança, de suicídio, todos afirmaram conhecer, mas não relacionam nenhum dos casos com o uso de agrotóxicos. Duas famílias, espontaneamente, afirmaram que os casos de suicídio, “*não eram por causa disso*”, mas por motivos pessoais ou de doenças mentais não atribuídas aos agrotóxicos.

Na entrevista que se segue, são vários os casos lembrados, assim como de tentativas de suicídio.

Olha, aqui na volta nunca escutei nada por causa disso. Sim, mas não por causa do fumo, teve um que se enforcou, mas ele tinha problema mental, daí tinha um aqui pra baixo que se enforcou também, teve três aqui que se enforcaram. Sim, teve um, ele não morreu na hora, demorou um pouco mas morreu. Teve o Chapolin também que tomou veneno, ele não morreu, mas tentou. A filha daquela família que mora naquela primeira casa da nossa linha aqui, ela tomou veneno também. Tá loco o que que passa na cabeça da pessoa será né, tomar veneno. (F3)

Uma das pessoas entrevistadas também afirmou ter feito a tentativa de suicídio, com uma das formas mais comum e perversa entre os agricultores, que é a ingestão do veneno utilizado no cultivo do fumo. Quando perguntados se conheciam alguém na região que tinha se suicidado ou feito a tentativa:

(mulher) Tem eu né.
Veneno, eu tomei o veneno. (F4)

A senhora em questão se emocionou ao relembrar o fato, e por questão de respeito aos sentimentos dela, mudamos de assunto.

O serviço público responsável sobre a questão do suicídio na região é o setor de epidemiologia na Secretaria de Saúde. Embora o tema seja conhecido pelas trabalhadoras do CEREST, que afirmam enfaticamente haver relação entre os altos índices de suicídio e os agrotóxicos, ainda assim podemos ver o quão fragmentadas estão as políticas e os serviços de saúde pública oferecidos, sobretudo no que diz respeito a saúde dos trabalhadores, que nunca foi uma prioridade para nenhum governo.

As trabalhadoras do CEREST foram questionadas sobre o seu ponto de vista em relação aos altos índices de suicídio que essa região apresenta, e como a instituição e elas mesmas atuam frente a essa questão:

É, pra nós assim não chega diretamente esses casos de suicídio ou de tentativa de suicídio, com essa relação assim, mas a gente fica um pouco atento tanto na mídia quanto na saúde previdenciária, principalmente na epidemiologia que recebe essas notificações, na secretária da saúde que tem que fazer esse levantamento. Mas assim, a gente sabe que aqui a região é uma das campeãs de índices de suicídio, Venâncio, Santa Cruz, Candelária também, e aí tem essa questão do agrotóxico principalmente né, e também a própria questão da nicotina tá, mas assim o que acontece, a maioria dos agrotóxicos ou muitos

deles, alteram o funcionamento do nosso sistema endócrino, e neurológico, então eles causam alteração neuro comportamentais que agente chama né, interferem na produção de hormônio, e acaba interferindo no comportamento também, principalmente isso na exposição crônica, que é aquela que não causa esses sintomas, que passa mais despercebida ainda, porque a intoxicação aguda em geral é um contato muito próximo, em geral é numa quantidade maior ou uma absorção mais rápida, como no caso de uma mucosa. E aí os sintomas são mais imediatos e aí é mais fácil de fazer essa relação com os venenos.

Mas a longo prazo é aquele contato com uma quantidade menor, mais espaçadamente que não chega a dar esse mal estar nítido né, e os sintomas vão aparecer lá adiante, em todos os órgãos, não só esses neuro comportamentais, então o câncer por exemplo que é efeito de uma exposição longa, crônico, em geral ele vai aparecer daqui 20 anos, 15 anos, não vai ser na hora né, aí tu vai lembrar lá adiante, se na hora que tu vai lá e diz “pingou no meu olho”, as pessoas não fazem o diagnóstico, imagina daqui a 20 anos né.

Então eles chamam de intempéries do sistema endócrino, que são todas as glândulas que regulam o mecanismo, então uma parte dos sintomas, uma parte dos efeitos, são esses sintomas depressivos, não é que o agrotóxico diretamente gere o suicídio. (Médica)

Então assim oh, eu trabalhava num posto de saúde que era o último lá, e depois de lá era interior, de lá pra adiante era interior, daí eles vinham no primeiro distrito ali consultar, nesse posto, e se tu pegasse a ficha deles, “Isso eu me dou conta porque to aqui no CEREST, porque quando tava lá, eu não me dava conta disso não”, eu até pensava lá vem o fulano do Diazepam de novo, porque se tu pegar o prontuário desses trabalhadores a maioria deles usa remédio pra dormir, usam antidepressivos, a maioria deles, mas eles sempre negam que esteja associado ao uso de agrotóxico, é uma negação deles também, então tá atrelado a dívida no banco, ao que mais? É a várias coisas assim, mas não ao agrotóxico. (Tec. Enfermagem)

É válido ressaltar também o despreparo dos profissionais da saúde e do SUS (Sistema Único de Saúde), em reconhecer e relacionar a saúde/doença ao trabalho e realizar os procedimentos cabíveis, como a notificação e mesmo o trabalho conjunto a instituições como o CEREST, que fazem parte da rede de saúde dos Estados e Municípios.

Todos os trabalhadores quando perguntados se conheciam o CEREST, responderam que não, nunca nem sequer tinham ouvido falar sobre o mesmo, o que demonstra o insuficiente trabalho realizado por essa instituição, que trabalha com um quadro de

profissionais absolutamente diminuto se comparados a população beneficiária e abrangência de municípios atendidos. O que também pode ser observado na grande maioria dos serviços públicos prestados no país, em especial as áreas que atendem aos trabalhadores. É preciso urgentemente aumentar a importância dada a instituições como essa, adequando o quadro de profissionais às demandas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que envolve os agrotóxicos é muito ampla, e envolve concepções de mundo distintas, opiniões políticas divergentes e antagônicas, que dizem respeito sobretudo ao modelo agrícola de produção brasileiro, por isso se faz tão importante e necessário que mais pesquisas sejam realizadas acerca desse tema.

Essa pesquisa se propôs a entender quais os impactos que os agrotóxicos causam na saúde dos trabalhadores do fumo de Santa Cruz do Sul, e mais especificamente se existe alguma relação entre os altos índices de suicídio e o intensivo uso de agrotóxico nessa região. Na pesquisa bibliográfica, durante todo o processo de escrita, foram encontrados diversos materiais que ligavam diretamente a questão dos agrotóxicos com a saúde mental, em especial os organofosforados e os organoclorados, substâncias que comprovadamente causam efeitos colaterais de curto e longo prazo no sistema nervoso central.

Embora hajam muitos estudos científicos e de laboratório que relacionam os agrotóxicos diretamente as enfermidades das pessoas que trabalham com esses produtos, essa questão ainda não esta superada, por isso é preciso que mais pesquisadores aprofundem os estudos buscando comprovar se os agrotóxicos causam mal a saúde ou não, de que forma, e oque temos que fazer.

Na pesquisa de campo, em que foram realizadas as entrevistas com os agricultores do fumo e trabalhadores da saúde, pode-se ver a perversa realidade que envolve o trabalho com o fumo, as indústrias fumageiras e o pacote tecnológico oferecido aos trabalhadores, onde as sequelas deixadas por esse modelo de produção não são apenas físicas e psicológicas, mas também econômicas, sociais e culturais. Sendo o suicídio a finalização de um longo processo de sofrimento pelo qual passam diariamente sobretudo os agricultores daquela região, depressão, alergias, doenças respiratórias, de pele, gastrintestinais, cânceres, entre outras.

As entrevistas com as profissionais da saúde nos revelaram uma invisibilização estratégica desse tema, pois para além da falta de um trabalho mais direcionado sobre o mesmo, há uma tentativa bastante exitosa de camuflar informações, dados e estatísticas que podem prejudicar as indústrias fumageiras e seus lucros.

Uma questão que chamou bastante atenção também foi a respeito dos equipamentos de proteção individual (EPI), que é regulado segundo a Lei 6.514 de dezembro de 1977 Capítulo V estabelecido na CLT, deve ser aprovado e certificado no Ministério do Trabalho, e fornecido gratuitamente aos trabalhadores pelos empregadores, nesse caso pelas indústrias

fumageiras, devendo respeitar as especificações do tipo para casa produto utilizado, o que não vem acontecendo na prática. Apenas um tipo de EPI é fornecido, que não garante a segurança possível para o trabalho com essas substâncias, além de não oferecer o mínimo conforto necessário para que seja possível trabalhar com o mesmo. Todas essas questões parecem estar invisíveis aos órgãos públicos a quem compete fiscalizar, pois a legislação vigente quanto aos EPIs não está sendo cumprida em nenhuma instância, desde a aprovação e certificação de equipamento adequado, até como o fornecimento do EPI indicado para cada uso, e mesmo a utilização destes por parte dos trabalhadores, que em sua maioria não utiliza ou não o faz de forma correta.

Existe uma enorme fragmentação das políticas públicas voltadas a saúde dos trabalhadores, com especial ênfase aos trabalhadores rurais. Por isso é de extrema importância rever as formas de trabalhar com essas políticas, pois ou estão defasadas ou são insuficientes, deixando os trabalhadores em uma situação de insegurança no trabalho que para além de ser uma tarefa dos empregadores é também do Estado, que deveria regulamentar e fiscalizar de forma mais incisiva.

Outro ponto importante é o fortalecimento das organizações representativas de classe, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais que tem um papel fundamental na busca pela garantia dos direitos dos trabalhadores, fiscalizando, denunciando e propondo alternativas que viabilizem um trabalho menos penoso, para isso é preciso que o Estado reconheça essas organizações como parte de sua democracia, onde a voz dos trabalhadores sejam ouvidas.

É fundamental a capacitação dos profissionais, e a ampliação dos subsídios voltados as experiências que buscam ampliar a diversificação da produção. Consideramos, assim como o afirmado pelos diversos autores que compõem o livro Dossiê Abrasco, que a agroecologia é a melhor alternativa para um modelo de produção, baseado sobretudo no respeito a natureza e a todos os seres vivos que a compõem, além de ser a única possibilidade de desacelerar o aquecimento global, e as epidemias que se espalham cada vez mais rápido, sendo o câncer o mais preocupante, e o suicídio apenas mais uma das sequelas deixadas por esse sistema capitalista de produção perverso, que vem destruindo a humanidade da forma mais cruel que possamos imaginar ou que seja possível suportar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro, **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- PINHEIRO, Sebastião. **A agricultura ecológica e a Máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1998.
- LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: Servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra da direitos, 2005.
- LESSA, Sergio y TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIO-ECONOMICOS RURAIS. Cadeia Produtiva do fumo: Integração ou enganação na cadeia produtiva do fumo?. **Boletim Especial DESER**, Curitiba – PR, p.1-6, ACT/ Dez. 2009
- CAMPANHA NACIONAL CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Situação do mercado de agrotóxicos no mundo e no Brasil**. São Paulo, p.1-16, maio de 2012.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GREENPEACE. **Consumo de herbicida aumenta com uso de plantas transgênicas**. Campanha de Engenharia Genética, p, 1-2, Maio, 2004.
- SINDITABACO. **Tabaco no sul do Brasil: Tradição e renda**. Santa Cruz do Sul: SINDITABACO, 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil) Estratégia Nacional de Prevenção do Suicídio. **Prevenção do Suicídio: Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- NOGUEIRA, Ricardo de Campos. **Repercussões de projeto de implantação de rede intersetorial de prevenção do suicídio em Municípios do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos de conclusão de curso**. 3. ed. Rev. Rio de Janeiro: SiBI, 2011.
- ROCHA JÚNIOR, Dilmas S. et al. **Síndromes Neurológicas Induzidas por Praguicidas Organofosforados e a Relação com o Suicídio**. Saúde em Revista. Piracicaba, 6(14): p. 53-60, 2004.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

HEMEROGRAFIA

PORTAL FIOCRUZ. **Suicídio deve ser tratado como questão de saúde pública, alertam**

pesquisadores. Disponível em <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/suicidio-deve-ser-tratado-como-questao-de-saude-publica-alertam-pesquisadores> Acesso em 09.10.2014

PINASSI, Maria Orlando. (Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?. **Odiário.Info.** Disponível em <http://www.odiario.info/?p=2735> Acesso em 07/10/15

FREITAS JR., Gerson. Transgênicos puxam vendas de agrotóxicos. São Paulo, 2012. Disponível em <http://pratoslimpos.org.br/?p=4532> Acesso em 01/08/2015.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da y Mizaél DORNELLES. **Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial. Notas introdutórias para uma geografia do tabaco.** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 10 de octubre de 2010, vol. XIV, nº 338. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-338.htm> Acesso em 03/08/15

BOCA FERINA. **Guerra do Vietnã: Armas Químicas e Biológicas.** Disponível em <http://bocaferina.blogspot.com.br/2013/08/guerra-do-vietna-armas-quimicas-e.html>, Acesso em 14/08/2015

MILHORANCE, Flávia. **Produtores de tabaco enfrentam doenças físicas e psíquicas no RS.** Disponível em oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/produtores-de-tabaco-enfrentam-doencas-fisicas-psiquicas-no-rs-13473703, Acesso em 02/09/2015.

KLIASS, Paulo. **Paraíso dos agrotóxicos: o inferno é aqui mesmo!.** Carta Maior, 2012. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Paraíso-dos-agrotoxicos-o-inferno-e-aqui-mesmo-/26644> Acesso em 08/09/2015

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/.../confidor_supra.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/.../CONFIDOR_S.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/.../GAMIT_360_CS.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/.../infinito_.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/.../BORAL_500_SC.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/.../ridomil_gold_bravo.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.monsanto.com/global/br/produtos/.../roundup-original-bula.pdf Acesso em 24/09/15.

Disponível em www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/.../talstar100ec.pdf Acesso em 24/09/15.

APÊNDICE 1 – Entrevista com os trabalhadores do fumo

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Tem filhos? Quantos?

Quantas pessoas moram na mesma casa?

Qual a renda média da família?

Recebe algum benefício do governo? Bolsa família ou BPC?

SOBRE O TRABALHO NO FUMO

- Como é realizado o trabalho no fumo?
- Como está organizada a família nesse trabalho?
- O que você diria sobre as empresas fumageiras?
- Como é a sua relação com a fumageira? Que tipo de contrato existe?
- O que pensa sobre o uso de agrotóxicos/venenos na plantação de fumo?
- E sobre a quantidade utilizada?

SOBRE A SAÚDE

- Acontecem acidentes de trabalho na produção de fumo? Com que frequência?
- Se sim, onde buscam atendimento?
- Percebem algum tipo de alteração de humor ou psicológica, durante a época de passar veneno?
- Consideram o trabalho com a plantação de fumo de risco?
- Conhecem o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)?

SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

- Você e sua família são sindicalizados? Ou participam de alguma organização ou movimento social? Se não, por quê?

APÊNDICE 2



Pesquisa: Os impactos dos agrotóxicos utilizados na produção de fumo, na saúde do trabalhador rural do município gaúcho de Santa Cruz do Sul

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA TRABALHADORES(AS) DO CEREST

Estamos solicitando sua autorização para que você possa participar da presente pesquisa intitulada: “Os impactos dos agrotóxicos utilizados na produção de fumo, na saúde do trabalhador rural do município gaúcho de Santa Cruz do Sul” sob a responsabilidade da pesquisadora Vanessa Witcel Homerding, que tem como objetivo contribuir para a promoção da saúde do trabalhador através da garantia de condições dignas de trabalho para os trabalhadores rurais.

Os dados coletados serão utilizados apenas para fins da consecução da graduação em Serviço Social e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Se depois de consentir na participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, por isso antes da divulgação da pesquisa, você ainda será consultado sobre esse consentimento, tendo acesso aos dados da sua entrevista que serão utilizados na monografia.

A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O seu tratamento será mantido sem nenhum prejuízo.

Sua participação neste estudo se dará através de uma entrevista semi estruturada, sobre as condições de trabalho na produção do fumo, e sua compreensão sobre o uso de agrotóxicos e as consequências da utilização dos mesmos. Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza. Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se ao conhecimento que poderá ser produzido sobre a saúde do trabalhador rural que trabalha na cultura do tabaco.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/ e-mail e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, _____ (nome completo),

concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela pesquisadora.

Assinatura do(a) Participante

Data: ___/___/___

Pesquisadora: Vanessa Witcel Homerding

Data: ___/___/___

Assinatura: _____

Estrada Proálcool, Sanga Funda, nº210 Apto 1500, Nova Santa Rita – RS

Cel: 51.9857-0183 – E-mail: wh2005vaness@yahoo.com.br

APÊNDICE 3



Pesquisa: Os impactos dos agrotóxicos utilizados na produção de fumo, na saúde do trabalhador rural do município gaúcho de Santa Cruz do Sul

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA TRABALHADORES(AS) DA CULTURA DO TABACO

Estamos solicitando sua autorização para que você possa participar da presente pesquisa intitulada: “Os impactos dos agrotóxicos utilizados na produção de fumo, na saúde do trabalhador rural do município gaúcho de Santa Cruz do Sul” sob a responsabilidade da pesquisadora Vanessa Witcel Homerding, que tem como objetivo contribuir para a promoção da saúde do trabalhador através da garantia de condições dignas de trabalho para os trabalhadores rurais.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que dele participaram. As pessoas, por acaso, referidas durante a entrevista também terão suas identidades mantidas em sigilo. Os dados coletados serão utilizados apenas para fins da consecução da graduação em Serviço Social e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O seu tratamento será mantido sem nenhum prejuízo.

Sua participação neste estudo se dará através de uma entrevista semi estruturada, sobre as condições de trabalho e sua compreensão sobre o uso de agrotóxicos e as consequências da utilização dos mesmos. Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza. Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se ao conhecimento que poderá ser produzido sobre a saúde do trabalhador rural que trabalha na cultura do tabaco.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/ e-mail e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, _____ (nome completo),

concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela pesquisadora.

Assinatura do(a) Participante

Data: ___/___/___

Pesquisadora: Vanessa Witcel Homerding

Data: ___/___/___

Assinatura: _____

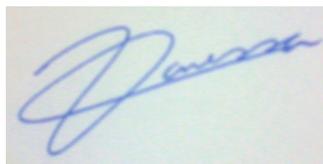
Estrada Proálcool, Sanga Funda, nº210 Apto 1500, Nova Santa Rita – RS

Cel: 51.9857-0183 – E-mail: wh2005vaness@yahoo.com.br

APÊNDICE 4**AUTORIZAÇÃO**

EU VANESSA WITCEL HOMERDING, DRE 111369997, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 20/02/2016.

A rectangular image showing a handwritten signature in blue ink. The signature is cursive and appears to read 'Vanessa'.

assinatura

ANEXOS

CONFIDOR SUPRA**TITULAR DO REGISTRO:**

(*): Bayer S.A.

Rua Domingos Jorge, 1100

CEP 04779-900 - São Paulo/SP

CNPJ: 18.459.628/0001-15 - Registrada na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo sob nº 663

(*) Importador do produto formulado

FORMULADORES /MANIPULADORES:

Bayer S/A - Estrada da Boa Esperança, 650 CEP: 26110-100 - Belford Roxo/RJ

CNPJ: 18.459.628/0033-00 - Número do cadastro no INEA - LO no IN023132 (*)

Sipcam UPL Brasil S.A. - Rua Igarapava, 599 - Distrito Industrial CEP 38044-755

CNPJ: 23.361.306/0001-79 - Certificado de Registro IMA-MG nº 701-332 (*)

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA: III – MEDIANAMENTE TÓXICO

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL: II –

PRODUTO MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE.

COMPOSIÇÃO:

1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine

(IMIDACLOPRIDO) 500

g/kg (50 % m/m) Reaction mixture of 2 enantiomeric pairs: pair I (S)- a-cyano-4-fluoro-3-phenoxybenzyl(1R)-cis-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate and the corresponding (R) (1S)-cis- isomer; pair II (S) (1R)-trans- and (R) (1S)-trans- isomers, in the ratio

1:2(BETA-CIFLUTRINA)..... 10 g/kg (1 % m/m)

Efeitos Agudos e Crônicos para Animais de Laboratório:**Efeitos agudos (Resultantes de ensaios com animais - Produto formulado):**

DL 50 via oral: > 2000 mg/kg

DL 50 via dérmica: > 4000 mg/kg

CL 50: > 4,34mg/L

PRECAUÇÕES DURANTE A APLICAÇÃO

EPI: macacão de algodão hidrorrepelente com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas; botas de borracha; máscara com filtro combinado (classe P2); óculos e luvas de nitrila.

PRIMEIROS SOCORROS: procure logo um serviço médico de emergência levando a embalagem, rótulo, bula e/ou receituário agrônomo.

Ingestão: Se engolir o produto, não provoque vômito. Caso o vômito ocorra naturalmente, deite a de lado pessoa. Não dê nada para beber ou comer.

Olhos: Em caso de contato, lave com muita água corrente por pelo menos 15 minutos. Evite que a água de lavagem entre no outro olho.

Pele: Em caso de contato, tire a roupa contaminada e lave a pele com muita água corrente e sabão neutro.

Inalação: Se o produto for inalado (“respirado”), leve a pessoa para um local aberto e ventilado. A pessoa que ajudar deveria proteger-se da contaminação usando luvas e avental impermeáveis, por exemplo.

Sintomas e Imidacloprido: Os inseticidas neonicotinoides possuem uma toxicidade relativamente baixa para seres humanos. Possuem uma baixa penetração pela barreira hematoencefálica e sintomas neurológicos não devem ser esperados após baixas doses de exposição. Já foi observado em um adulto hipotensão e disritmia ventricular fatal em um humano adulto. Em estudos com animais foram observados após administração de doses moderadas a altas: estimulação do SNC semelhante à estimulação por nicotina, incluindo função da pupila com alterações e hipotermia. Náusea e vômitos podem ser esperados após ingestão massiva. O prognóstico geralmente é bom após a terapia de suporte.

Beta-ciflutrina: Estudos de casos de ingestão de beta-ciflutrina mostram que o primeiro sinal de exposição específica é uma parestesia/irritação geralmente descrita como queimadura gelada. Este sintoma pode ocorrer imediatamente ou poucos instantes após o contato com a substância. Este sintoma pode persistir até 24 horas e raramente até 48 horas. É um sintoma estritamente local e não reflexo de uma intoxicação sistêmica. Em indivíduos suscetíveis, sintomas tipo asma podem se manifestar. Sintomas específicos: Pulmões: edema, constrição alveolar, hiper-reação das vias respiratórias. Circulação e coração: taquicardia, hipotensão, palpitação. Trato gastrointestinal: náuseas, vômito, diarreia, dor abdominal, sialorreia. Sistema

nervoso central: tontura, visão manchada, dor de cabeça, letargia, anorexia, sonolência e coma, espasmos e convulsões, tremores, ataxia, fasciculações musculares.

DADOS RELATIVOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE:

PRECAUÇÕES DE USO E ADVERTÊNCIAS QUANTO AOS CUIDADOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE:

- Este produto é

() Altamente Perigoso ao Meio Ambiente (CLASSE I)

(X) MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE (CLASSE II)

() Perigoso ao Meio Ambiente (Classe III)

() Pouco Perigoso ao Meio Ambiente (CLASSE IV)

- Este produto é ALTAMENTE MÓVEL, apresentando alto potencial de deslocamento no solo, podendo atingir principalmente águas subterrâneas.

- Este produto é ALTAMENTE TÓXICO para minhocas.

- Este produto é ALTAMENTE TÓXICO para microcrustáceos.

- Este produto é ALTAMENTE TÓXICO para abelhas, podendo atingir outros insetos benéficos.

- Não aplique o produto no período de maior visitação das abelhas.

(Evite a contaminação ambiental - Preserve a Natureza.)

CONFIDOR S

TITULAR DO REGISTRO:

Bayer CropScience Ltda. (*)

Av. Maria Coelho de Aguiar, 215 – Bloco B, 2o andar São Paulo/SP – CEP 05804 - 902 –

Fone 0800 – 122333 CNPJ: 89.163.430 /0 001 - 38

Registrada da Secretaria da Agricultura de São Paulo sob no 007

(*) Importador dos produtos Técnicos

FABRICANTES DOS PRODUTOS TÉCNICOS:

Imidacloprido

Bayer CropScience AG – Leverkusen / 51368 – Alemanha

Ciflutrina

Mitchell Cotts Chemicals Ltd

Mirfild – West Yorkshire – Inglaterra

FORMULADORES:

Bayer CropScience Ltda.

Estrada da Boa Esperança, 650 Belford Roxo/RJ – CEP 26110 – 100 CNPJ: 89.163.430 /0 005 - 61

Licença de operação expedida pela FEEMA no 444/94

Bayer CropScience Ltda

Rua do Comércio, 715 – Portão / RS CEP 93180 – 000 CNPJ: 89.163.430 /0 002 - 19

Certidão expedida pela FEPAM no 001 /2003

Sipcam Agro S.A.

Rua Igarapava, 599 Uberaba/MG – CEP 38120 – 970 CNPJ: 23.361.306 /0 001 - 79

Registrada no IMA sob no 701- 06046

Indústria Brasileira

COMPOSIÇÃO:

(RS)- α - cyano- 4- fluoro - 3- phenoxybenzyl (1RS, 3RS; 1RS, 3SR)- 3- (2,2- dichlorovinyl)- 2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate (CIFLUTRINA).....1% m/m (10g/kg)

1- (6- chloro - 3- pyridylmethyl)- N- nitroimidazolidin - 2- ylideneamine (IMIDACLOPRIDO).....50% m/m (500 g/kg)

Ingredientes Inertes.....49% m/m (490 g/kg)

EFEITOS AGUDOS E CRÔNICOS:

O produto formulado apresenta dose letal oral aguda (DL50) para ratos igual a 2200 mg/kg e dérmica maior que 3000 mg/kg

CLASSE: Inseticida sistêmico do grupo nicotinóide + inseticida de contato do grupo piretróide.

TIPO DE FORMULAÇÃO: Pó Molhável

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA: IV – POUCO TÓXICO

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL: II – PRODUTO MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE.

DADOS RELATIVOS À PROTEÇÃO DA SAÚDE HUMANA

PRECAUÇÕES DE USO E RECOMENDAÇÕES GERAIS, QUANTO À PRIMEIROS SOCORROS, ANTÍDOTOS E TRATAMENTOS:
ANTES DE USAR LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES.

EFEITOS COLATERAIS:

Não existem informações sobre efeitos colaterais específicos para o ser humano.

Os sintomas de alarmes provocadas por piretroides são: parestesia (formigamento), irritação da mucosa ocular e tosse. Em ensaios com animais observaram-se movimentos de caçar/raspar, salivação abundante, tremor e hipercinese (agitação).

PRECAUÇÕES GERAIS:

- Não coma, não beba e não fume durante o manuseio do produto.
- Não utilize equipamentos com vazamentos.
- Não desentupa bicos, orifícios e válvulas com a boca.
- Não distribua o produto com as mãos desprotegidas.
- Use macacão com mangas compridas, chapéu impermeável de aba larga, luvas e botas.

PRIMEIROS SOCORROS:

Ingestão: Provoque vômito e procure logo o médico, levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agronômico do produto.

Olhos: Lave com água em abundância e, se houver irritação, procure o médico levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agronômico do produto.

Pele: Lave com água e sabão em abundância e, se houver irritação, procure o médico, levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agronômico do produto.

Inalação: Procure local arejado, e se houver sinais de intoxicação, procure o médico levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agronômico do produto.

DADOS RELATIVOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Este produto é:

() Altamente perigoso ao meio ambiente (CLASSE I).

- (X) MUITO PERIGOSO ao meio ambiente (CLASSE II).
 () Perigoso ao meio ambiente (CLASSE III).
 () Pouco Perigoso ao meio ambiente (CLASSE IV).

Este produto é ALTAMENTE MÓVEL no meio ambiente.

Este produto é ALTAMENTE TÓXICO para minhocas.

Este produto é ALTAMENTE TÓXICO para microcrustáceos e peixes.

Evite a contaminação ambiental – Preserve a Natureza.

GAMIT 360 CS

REGISTRANTE (Reg. CIPOV/DDA/CATI/SP no. 006):

FMC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Av. Dr. Moraes Sales, 711 – 2o. Andar 13010-910 – CAMPINAS, SP – Fone: (19) 3735-4400

CNPJ: 48.122.295/0005-29 IE: 244.208.550.111

FORMULADOR:

FMC Corporation – EUA

1735 Market Street – Philadelphia PA – EUA

FMC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Av. Antônio Carlos Guillaumon, no. 25 – Distrito Industrial III

38001-970 – UBERABA, MG – Fone: (34) 3319-3000

CNPJ: 48.122.295/0008-71 IE: 701.287.069.0011

Fabricante: FMC Corporation

1735 Market Street – Philadelphia PA – EUA

COMPOSIÇÃO:

2-(2-clorofenil)metil-4,4-dimetil-3-isoxazolidinona (CLOMAZINE).....36,0 %

m/v (360 g/l) Inertes.....78,6 % m/v (786 g/l)

HERBICIDA DO GRUPO DAS ISOXAZOLIDINONAS

INFORMAÇÕES PARA USO MÉDICO:

O CLOMAZONE apresenta toxicidade relativamente baixa aos seres humanos (DL50 oral e dérmica para ratos = > 2000 mg/kg)

CLASSE TOXICOLÓGICA III – MEDIANAMENTE TÓXICO

Este produto é PERIGOSO (CLASSE III) AO MEIO AMBIENTE.

INFORMAÇÕES SOBRE OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SEREM UTILIZADOS:

Durante a manipulação ou aplicação, use macacão com mangas compridas, capa ou avental impermeável, chapéu impermeável de abas largas, botas, óculos protetores, luvas impermeáveis, máscara protetora especial provida de filtro adequado ao produto.

EFEITOS AGUDOS E CRÔNICOS:

Os efeitos agudos, ou seja, sintomas de alarme, são aqueles causados pela intoxicação por xileno, ou seja, dor de cabeça, náuseas, vômito, desconforto epigástrico, tonturas, fadiga, sonolência, distúrbios cardiovasculares, dispneia, conjuntivite e hemorragias nasais; em casos graves pode ocorrer coma e morte.

PRIMEIROS SOCORROS:

Ingestão: Não provoque vômito, procure logo o médico, levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agrônômico do produto. Não dar nada via oral, nem induzir vômito a uma pessoa inconsciente. Não administrar leite, álcool, gordura animal ou vegetal, pois podem aumentar a absorção.

Olhos: Lave com água em abundância e procure o médico, levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agrônômico do produto.

Pele: Lave com água e sabão em abundância e procure o médico, levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agrônômico do produto.

Inalação: Procurar local arejado. Vá ao médico, levando a embalagem, rótulo, bula ou receituário agrônômico do produto.

INFINITO

TITULAR DO REGISTRO:

Bayer S/A (*)

Rua Domingos Jorge, 1.100 CEP: 04779-900 - São Paulo/SP CNPJ: 18.459.628/0001-15

Registrada na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo sob no 663

(*) Importador do produto formulado

COMPOSIÇÃO:

propyl 3-(dimethylamino)propylcarbamate hydrochloride

(CLORIDRATO DE PROPAMOCARBE).....	625 g/L
(62,5 % m/v)	
2,6-dichloro-N-{{[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridinyl]-methyl}benzamide	
(FLUOPICOLIDE).....	437,5 g/L
(43,75 % m/v)	

CLASSE: Fungicida sistêmico e translaminar dos grupos Carbamato e Benzamida piridina

Dose Letal (DL) Não encontrada na Bula

TIPO DE FORMULAÇÃO: Suspensão Concentrada

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA: II - ALTAMENTE TÓXICO

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL: MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE - CLASSE II

PRECAUÇÕES DURANTE A APLICAÇÃO:

Utilize equipamento de proteção individual - EPI: macacão de algodão hidrorrepelente com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas; botas de borracha; máscara com filtro mecânico classe P2; óculos de segurança com proteção lateral; touca árabe e luvas de nitrila.

PRIMEIROS SOCORROS: procure logo um serviço médico de emergência levando a embalagem, rótulo, bula e/ou receituário agrônômico do produto.

Ingestão: Se engolir o produto, não provoque vômito. Caso o vômito ocorra naturalmente, deite a pessoa de lado. Não dê nada para beber ou comer.

Olhos: Em caso de contato, lave com muita água corrente por pelo menos 15 minutos. Evite que a água de lavagem entre no outro olho.

Pele: Em caso de contato, tire a roupa contaminada e lave a pele com muita água corrente e sabão neutro.

Inalação: Se o produto for inalado (“respirado”), leve a pessoa para um local aberto e ventilado.

A pessoa que ajudar deveria proteger-se da contaminação usando luvas e avental impermeáveis, por exemplo.

INTOXICAÇÕES POR CARBAMATO -

Informações Médicas

Grupo químico CARBAMATO

Classe Classe II - Altamente Tóxico toxicológica

Vias de Oral, inalatória e dérmica exposição

Sintomas e sinais clínicos

Os efeitos são imediatos, geralmente em 30 minutos

são predominantes na intoxicação por carbamatos: vômito, diarreia, cólicas abdominais, anorexia, náuseas, incontinência urinária, incontinência fecal, tenesmo, broncoconstrição, dispneia, cianose, edema pulmonar, hipersecreção (sialorreia, lacrimejamento, broncorreia e sudorese), bradicardia, hipotensão, bloqueio atrioventricular, miose e visão borrada.

Efeitos em SNC (síndrome neurológica): cefaleia, ansiedade, agitação, confusão mental, ataxia, depressão de centros cardiorrespiratórios, convulsões e coma.

Exposição dérmica: pode causar irritação ocular e dérmica, dermatite de contato, hiperpigmentação.

Manifestações tardias: Não há evidências da síndrome de neuropatia retardada, como ocorre com os organofosforados.

DADOS RELATIVOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE:

MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE (CLASSE II)

BORAL 500 SC**TITULAR DO REGISTRO:**

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA;

Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150 – 1o andar 13091-611 – CAMPINAS, SP –

Fone: (19) 3735-4400 CNPJ: 04.136.367/0001-98 CFICS/CDA/SAA/SP no. 423

COMPOSIÇÃO:

2',4'-dichloro-5-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1-yl)

methanesulfonanilide (SULFENTRAZONA).....50,0% m/v (500,00 g/L)

Ingredientes Inertes.....72,16% m/v (721,60 g/L)

FABRICANTE DO PRODUTO TÉCNICO:

FMC Agricultural Chemical Group Baltimore, MD – EUA

FORMULADORES:

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA

Av. Antônio Carlos Guillaumon, 25 – Distrito Industrial III – CEP 38001-970 – Uberaba, MG

– CNPJ: 04.136.367/0005-11 IMA/MG 701-00203

SIPCAM AGRO S.A.

Rua Igarapava, 599 – Distrito Industrial III, CEP 38102-970 – Uberaba, MG – CNPJ:

23361306/0001-79 IMA/MG 701-06046

BASF S.A.

Rua Idrongal, 287 – CEP 12521-140 – Guaratinguetá – SP – CNPJ: 48.539.407/0002-07

CFICS/CDA/SAA/SP no. 0487

FERSOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Rod. Presidente Castelo Branco km 68,5 – Mairinque – SP – CNPJ: 47.226.493/0001-46

CFICS/CDA/SAA/SP no. 0223

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA IV – POUCO TÓXICO**CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL III:****PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE****EFEITOS AGUDOS PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO:**

Sintomas decorrentes de uma exposição excessiva acidental podem incluir tremores, aumento na sensibilidade ao toque e ao som, diminuição da locomoção, lacrimação e secreção nasal.

Efeitos agudos resultantes de ensaios com animais (Produto formulado):

DL 50 via oral: > 4000 mg/kg

DL 50 via dérmica: > 4000 mg/kg

Utilize equipamento de proteção individual – EPI

macacão de algodão hidro-repelente com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas, touca árabe, máscara com filtro de carvão ativado, protetor ocular, luvas e botas de borracha.

SINTOMAS DE ALARME:

Sintomas decorrentes de uma exposição excessiva acidental, podem incluir tremores, aumento na sensibilidade ao toque e ao som, diminuição da locomoção, lacrimação e secreção nasal.

RIDOMIL GOLD BRAVO**TITULAR DO REGISTRO:**

Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

Av. Nações Unidas 18001, CEP 04795-900, São Paulo, SP, CNPJ/MF: 60.744.463/0001-90, Fone: (0XX11) 5643-2322, Fax: (0XX11) 5643-2353 - Cadastro na SAA/CDA/SP sob no 001.

IMPORTADOR (PRODUTO FORMULADO):

Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

Escritório: Av. Nações Unidas 18001, CEP 04795-900, São Paulo, SP, CNPJ/MF: 60.744.463/0001-90, Fone: (0XX11) 5643-2322, Fax: (0XX11) 5643-2353 - Cadastro na SAA/CDA/SP sob no 001.

Fábrica: Rod. SP 332, km 130, CEP 13140-000, Paulínia, SP, CNPJ 60.744.463/0010-80, Cadastro na SAA/CDA/SP sob no 453.

FABRICANTES DO PRODUTO TÉCNICO:

Metalaxil-M: SF Chem – Rheinfelderstrasse, CH 4133 Pratteln/Schweizerhalle –Switzerland

Clorotalonil: GB Biosciences Corporation – 2239 Haden Road, Houston, Texas 77015, EUA

FORMULADORES:

Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. – Rod. SP 332, km 130, CEP 13140-000, Paulínia, SP

Syngenta Colombia – Carretera a Mamonal, km.6, Cartagena, Colômbia

Syngenta Korea Ltd. – IKSAN plant: 642 Sukam-Dong, Iksan City, Jeonbuk Province 570-330, Coréia

GB Biosciences Corporation – 2239 Haden Road, Houston, Texas 77015, EUA

Iharabras S.A. Indústrias Químicas – Av. Liberdade, 1701, CEP 18001-970, Sorocaba, SP

Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. – Av. Roberto Simonsen, 1459, 13140-000, Paulínia, SP

Marca Registrada da SYNGENTA CROP PROTECTION, Basiléia, Suíça

Composição/Ingredientes ativos:

Methyl N-methoxyacetyl-N-2,6-xylyl-D-alaninate (METALAXIL-M).....	4% m/v
(40 g/L) Tetrachloroisophthalonitrile (CLOROTALONIL).....	40% m/v (400 g/L)
Ingredientes inertes (total).....	76,8% m/v (768 g/L)

CLASSE: FUNGICIDA SISTÊMICO E DE CONTATO

Grupo químicos: Metalaxil-M: Acilalaninato e Clorotalonil: Isoftalonitrila

TIPO DE FORMULAÇÃO: SUSPENSÃO CONCENTRADA (SC)**CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA I – EXTREMAMENTE TÓXICO****CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL II –
PRODUTO****MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE****EFEITOS AGUDOS E CRÔNICOS PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO OU
QUANDO DISPONÍVEIS, PARA O SER HUMANO:****Dados Agudos do RIDOMIL BRAVO GOLD:**

Estudos realizados com animais de laboratório mostram que RIDOMIL BRAVO GOLD apresentaram baixa toxicidade aguda oral e dérmica:

DL50 (Dose Letal Mediana) aguda oral em ratos > 5.000 mg/kg

DL50 (Dose Letal Mediana) aguda dérmica em ratos > 5.050 mg/kg

CL50 (Concentração Letal Mediana) aguda dérmica em ratos > 0,563 g/L para machos e > 1,12 mg/L para fêmeas

CL50 (Concentração Letal Mediana) aguda dérmica em ratos > 2,14 mg/kg do produto diluído em água.

Utilize equipamento de proteção individual – EPI:

Macacão de algodão hidrorrepelente com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas; botas de borracha; botas de borracha; avental impermeável; máscara com filtro combinado (filtro químico contra vapores orgânicos e filtro mecânico classe P2); óculos de segurança com proteção lateral; touca árabe e luvas de nitrila.

PRIMEIROS SOCORROS: procure logo um serviço médico de emergência levando a embalagem, rótulo, bula e/ou receituário agrônômico do produto.

Ingestão: Se engolir o produto, não provoque vômito. Caso o vômito ocorra naturalmente, deite a pessoa de lado. Não dê nada para beber ou comer.

Olhos: Em caso de contato, lave com muita água corrente durante pelo menos 15 minutos. Evite que a água de lavagem entre no outro olho.

Pele: Em caso de contato, tire a roupa contaminada e lave a pele com muita água corrente e sabão neutro.

Inalação: Se o produto for inalado (“respirado”), leve a pessoa para um local aberto e ventilado.

A pessoa que ajudar deve proteger-se da contaminação usando luvas e avental impermeáveis, por exemplo.

ROUNDUP ORIGINAL

TITULAR DO REGISTRO:

MONSANTO DO BRASIL LTDA. (*)

Av. Nações Unidas, 12.901 - 7o andar - Torre Norte – Brooklin São Paulo/SP - CEP 04578-910 Tel./Fax: 0800-940-6000 CNPJ: 64.858.525/0001-45

Registro Estadual no 426 - CDA/SP

(*) IMPORTADOR (PRODUTO FORMULADO)

FABRICANTE DO PRODUTO TÉCNICO:

MONSANTO DO BRASIL LTDA. (*)

Av. Carlos Marcondes, 1.200, km 159,5 – Limoeiro São José dos Campos/SP - CEP 12241-421 Tel./Fax: 0800-940-6000 CNPJ: 64.858.525/0002-26

Registro Estadual no 525 CDA/SP

MONSANTO ARGENTINA S.A.I.C. - Ruta 12 - km 83,1 - Zarate 2800 - Argentina

MONSANTO COMPANY - 2.500 Wiggins Road - Muscatine - Iowa - 52.761 - EUA /
12.501 River Road PO Box 174 - Luling - Louisiana - 70.070 - EUA

MONSANTO EUROPE S.A. - Haven 627, Scheldelaan 460 - Antuérpia (Lillo) 2040 - Bélgica

FORMULADOR:

MONSANTO DO BRASIL LTDA. (*)

Av. Carlos Marcondes, 1.200, km 159,5 - Limoeiro
São José dos Campos/SP - CEP 12241-421

Tel./Fax: 0800-940-6000

CNPJ: 64.858.525/0002-26

Registro Estadual no 525 CDA/SP

COMPOSIÇÃO:

Sal de Isopropilamina de N - (fosfometil) glicina..... 480 g/L (48,0 % m/v)
Equivalente ácido de N - (fosfometil) glicina (GLIFOSATO)..... 360 g/L (36,0 % m/v)
Ingredientes Inertes.....684 g/L (68,4 % m/v)

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA – CLASSE III – MEDIANAMENTE TÓXICO
CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL –
PRODUTO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE – CLASSE III

Utilize equipamento de proteção individual – EPI: touca árabe, luvas e botas de borracha, macacão de algodão impermeável com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas e viseira facial.

PRIMEIROS SOCORROS: as formulações contendo glifosato têm ação irritante e potencial corrosivo para pele e mucosas. Os efeitos são mais graves em crianças.

Procure logo o serviço médico de emergência levando todas as informações disponíveis sobre o produto (embalagem, rótulo, bula, receituário agrônomo).

Ingestão: Em caso de ingestão não provoque vômito.

Olhos: Em caso de contato, lave com água corrente em abundância durante 15 minutos.

Pele: Em caso de contato, lave com água corrente e sabão neutro em abundância.

Inalação: Em caso de inalação, transporte o intoxicado para local arejado. Se o acidentado parar de respirar, faça imediatamente respiração artificial e providencie assistência médica de urgência.

ANTÍDOTO: NÃO EXISTE ANTÍDOTO ESPECÍFICO PARA GLIFOSATO.

Efeitos agudos:

Estudos realizados em animais de laboratório demonstraram que o ROUNDUP ORIGINAL possui baixa toxicidade aguda, com DL 50 oral igual a 5400 mg/kg de peso corpóreo e DL 50 dérmica maior que 5000 mg/kg de peso corpóreo.

Efeitos crônicos:

Em estudos realizados com Glifosato Técnico administrado à dieta de camundongos por 90 dias não foram observadas reações comportamentais incomuns ou sinais toxicológicos relacionados ao tratamento. O grupo de animais que recebeu a dose mais alta apresentou redução no ganho de peso. Os exames macroscópicos na necrópsia e as avaliações histopatológicas não revelaram quaisquer evidências de efeitos relacionados à administração do produto. Estudo crônico conduzido com cães não revelou efeito adverso em nenhum dos níveis de dosagem testados. Estudos combinados de longo prazo/carcinogenicidade com ratos e camundongos não evidenciaram efeitos carcinogênicos. No estudo de longo prazo com camundongos, observou-se redução do peso corpóreo nos machos que receberam a dose mais elevada da substância teste e hipertrofia lobular central dos hepatócitos em 34% dos machos no tratamento com a maior dose. Esta alteração pode ter representado uma adaptação hepatocelular do metabolismo à substância teste. A dilatação tubular focal dos rins observada nos fetos machos que receberam a dose mais alta no estudo de reprodução em 3 gerações com ratos, não foi observada no estudo conduzido em 2 gerações e não foi considerada como efeito relacionado ao tratamento.

TALSTAR 100 EC**TITULAR DO REGISTRO:**

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.

Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150

1o andar - CEP 13091-611 - CAMPINAS /SP - Fone: (19) 3115-4400

CNPJ: 04.136.367/0001-98 - Reg. CFICS/CDA/SAA/SP no 423

FABRICANTE DO PRODUTO TÉCNICO:

FMC CORPORATION AGRICULTURAL CHEMICAL GROUP

1701 E. Patapsco Avenue. - Baltimore, MD - 21226 - USA

ZHEJIANG LIANHE CHEMICAL TECHNOLOGY CO.

Sanjiang R.D. - Huangyan, Zhejiang - China

JIANGSU LIANHE CHEMICAL TECHNOLOGY CO., LTD.

Weisan RD - Chenjiagang, Xiangshui, Jiangu - China

VIAKEM S.A. de C.V.

Av. Manuel L. Barragán, 701. Zona Industrial. 66450. San Nicolas de Los Garza. Nuevo

León. México

FORMULADORES:

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.

Av. Antonio Carlos Guillaumon, 25 - Distrito Industrial III

Fone: (34) 3319-3019 - CEP 38044-760 - Uberaba/MG - CNPJ: 04.136.367/0005-11

IMA/MG 701-2530/2006.

BL Talstar 100 EC – 14jan2015

FMC CORPORATION - EUA

Jacksonville, FL Plant - 1200 - Talleyrand Avenue, Jacksonville, Florida, USA - 32206

FMC CORPORATION AGRICULTURAL PRODUCTS GROUP

Highway 17 E, Wyoming Illinois 61491 – EUA

FMC CORPORATION

100 Niagara Street, Middleport 14105 New York – EUA

FMC (SUZHOU) CROP CARE CO. LTD

99 Jiepu Road, Shangpu, Suzhou Industrial Park 215126 Jiangsu – China

ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA
LTDA.

Rodovia Sorocaba Pilar do Sul, km 122 - Salto de Pirapora/SP - CNPJ: 62.182.092/0012-86

CFICS/CDA/SAA/SP no 476

BASF S.A.

Av. Brasil, 791 - CEP 12521-140 – Guaratinguetá/SP

CNPJ: 48.539.407/0002-07 - CFICS/CDA/SAA/SP no 487

BAYER S/A

Estrada da Boa Esperança, 650 - CEP 26110-100 - Belford Roxo/RJ

CNPJ: 18.459.628/0033-00 - FEEMA IN 000113

FERSOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Rodovia Presidente Castelo Branco, km 68.5

CEP 18120-097 - Mairinque/SP - CNPJ: 47.226.493/0001-46 - CFICS/CDA/SAA/SP no 031

IHARABRAS S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Avenida Liberdade, 1701 - CEP 18087-170

Sorocaba/SP - CNPJ: 61.142.550/0001-30 - CFICS/CDA/SAA/SP no 708

INDÚSTRIA QUÍMICA LORENA LTDA.

Rua Hum, esquina com rua Seis s/n - Roseira/SP

CNPJ: 48.284.749/0001-34 - Cadastro Estadual CFICS/CDA/SAA/SP no 266

IPANEMA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.

Rodovia Raposo Tavares, km 113 - Araçoiaba da Serra/SP

CNPJ: 64.687.015/0001-52 - CFICS/CDA/SAA/SP no 572

SCHRIM USA INC.

2801 Oak Grove Road, Ennis 75119 - Texas EUA;

SERVATIS S.A.

Rodovia Presidente Dutra - km 300,5 - Resende/RJ - CNPJ: 06.697.008/0001-35

DAS/CDSV 0015/2007

SIPCAM NICHINO BRASIL S.A.

Rua Igarapava, 599 - Distrito Industrial III - CEP 38044-755

Uberaba/MG - CNPJ: 23.361.306/0001-79 - IMA/MG 701-332/2007

BL Talstar 100 EC – 14jan2015

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA.

Rodovia SP 332, km 130 - CEP 13140-000

Paulínia/SP - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Cadastro Estadual CFICS/CDA/SAA/SP no 453

TAGMA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

Av. Roberto Simonsen, 1459 - CEP 13140-000 - Paulínia/SP

CNPJ: 03.855.423/0001-81- CFICS/CDA/SAA/SP no 477

TRI-RINSE

1402 South Second Street, St. Louis 63104 Missouri – EUA

COMPOSIÇÃO:

2-methylbiphenyl-3-ylmethyl-(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate (BIFENTRINA)..... 100 g/L (10% m/v)

Outros ingredientes..... 810g/L (81% m/v)

CLASSE: INSETICIDA-ACARICIDA DE CONTATO E INGESTÃO

GRUPO QUÍMICO: PIRETRÓIDE

TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO EMULSIONÁVEL (EC)

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA: III - MEDIANAMENTE TÓXICO

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL:

III - PRODUTO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE

Utilize equipamento de proteção individual - EPI: macacão de algodão hidro- repelente com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas; botas de borracha; avental impermeável; máscara com filtro apropriado para partículas e névoas/vapores orgânicos; óculos de segurança com proteção lateral; touca árabe e luvas de nitrila.

Sintomas e sinais clínicos:

BIFENTRINA: Os piretroides tipo I podem ocasionar os seguintes sinais e sintomas em animais, conhecidos como Intoxicação tipo I ou síndrome T: salivação, ansiedade, agitação, incoordenação motora, prostração, paralisia, comportamento agressivo e tremores.

Para o homem, os sinais e sintomas resultantes das intoxicações agudas pelos vários tipos de piretroides são bastante similares, podendo ser locais ou sistêmicos, como reações dérmicas, pruridos e sensação de ardor na pele, reações no trato respiratório superior (rinites, espirros, irritação da garganta, edema da mucosa oral) e inferior (tosse, respiração ofegante, ruídos respiratórios, dores na região torácica). O sintoma mais frequentemente relatado nos estudos de exposição ocupacional é a parestesia, caracterizada por dormência, coceira, queimação ou formigamento da pele, após exposição dérmica aos piretroides, sendo, portanto considerado um efeito local e transitório, limitado ao local de exposição. **HIDROCARBONETO AROMÁTICO:** A Ingestão de substâncias da classe dos hidrocarbonetos aromáticos pode causar tosse, náusea, vômitos, diarreia, dor/queimação abdominal, taquidisritmia cardíaca. A ingestão e a inalação podem causar depressão do sistema nervoso central, caracterizada por náuseas, dor de cabeça, tontura, perda da coordenação, inconsciência e coma.

EFEITOS AGUDOS E CRÔNICOS PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO:

EFEITOS AGUDOS

Nos estudos de toxicidade aguda em ratos, o produto TALSTAR®1 00 EC apresentou dose letal oral (DL50) igual a 531 mg/kg e dose letal dérmica (DL50) superior a 2000 mg/kg. A concentração inalatória letal em ratos (CL50) foi igual a 4,94 mg/L. No estudo de irritação dérmica em coelhos, o produto foi considerado como irritante mínimo, causando alterações reversíveis em 72h. Quando instilado nos olhos de coelhos, o produto foi considerado como não irritante. Não apresentou ser sensibilizante dérmico, quando aplicado na pele de porquinhos-da-índia.

EFEITOS CRÔNICOS

Estudos conduzidos in vitro e in vivo sugerem que a bifentrina não apresenta potencial genotóxico. Em estudos subcrônicos e crônicos, conduzidos em cães, camundongos e ratos, o principal órgão-alvo foi o sistema nervoso, sendo os tremores os principais efeitos observados. A bifentrina não se apresentou carcinogênica para ratos. Também não foram observados efeitos teratogênicos nem efeitos sob os parâmetros reprodutivos, considerados relacionados ao tratamento. Para todos os efeitos, doses seguras de exposição a bifentrina foram estabelecidas.

SINTOMAS DE ALARME:

Pruridos, dormência, formigamento e/ou sensação de ardor na pele, irritação da garganta, respiração ofegante e dores na região torácica.